

CONTRATO Nº CP 01/20INC DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL

ENTRE

NFE POWER DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL LTDA

NA QUALIDADE DE SUPRIDORA

E

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

NA QUALIDADE DE COMPRADORA

ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS.....	4
CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO.....	11
CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E CONDIÇÕES SUSPENSIVAS.....	12
CLÁUSULA QUARTA - QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA.....	14
CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS.....	15
CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA SUPRIDORA	17
CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSO DA COMPRADORA DE RECEBIMENTO DO GÁS	19
CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO	23
CLÁUSULA NONA – PONTOS DE SAÍDA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS	24
CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO DO GÁS	27
CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS	30
CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS.....	33
CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO	34
CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO	38
CLÁUSULA QUINZE – CESSÃO DE ÁREA E OPÇÃO DE COMPRA DE EQUIPAMENTOS DE REGASEIFICAÇÃO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
CLÁUSULA DEZESSEIS – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR	41
CLÁUSULA DEZESSETE – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO	44
CLÁUSULA DEZOITO CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	50
CLÁUSULA DEZENOVE DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO	50
CLÁUSULA VINTE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE.....	52
CLÁUSULA VINTE E UM – NOVAÇÃO	52
CLÁUSULA VINTE E DOIS – CONDUTA DAS PARTES	53
CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DISPOSIÇÕES GERAIS	54
CLÁUSULA VINTE E QUATRO – CONCORDÂNCIA DAS PARTES	57

**CONTRATO Nº CP 01/20INC DE
COMPRA E VENDA DE GÁS
NATURAL QUE ENTRE SI
CELEBRAM NFE POWER
DISTRIBUIDORA DE GÁS
NATURAL LTDA E COMPANHIA DE
GÁS DE SANTA CATARINA -
SCGÁS.**

Pelo presente instrumento,

NFE POWER DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Dias Ferreira, nº 190, sala 501, Leblon, CEP 22.410-050, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.797.102/0001-03, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, doravante denominada “SUPRIDORA”, e

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS, Sociedade de Economia Mista com sede Centro Empresarial Hoepcke - Rua Antônio (Nico) Luz, 255 - Centro, Florianópolis - SC, 88.010-410, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 86.864.573/0001-72, doravante denominada “COMPRADORA” neste ato representada na forma de seu estatuto social.

Também denominadas, isoladamente, “PARTE” e, em conjunto, “PARTES” e

CONSIDERANDO QUE:

- conforme disposto no parágrafo 2º do Artigo 25, da Constituição da República com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 15 de agosto de 1995, cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado, na forma da LEI;
- conforme contrato de concessão firmado em 25 de Fevereiro de 1994, a COMPRADORA é a concessionária dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Santa Catarina;
- a COMPRADORA, no âmbito de suas atividades, empenha-se em atender a demanda de GÁS NATURAL do mercado de sua área de concessão e, para tanto, dadas as atuais restrições de capacidade de transporte disponível na Zona SC2 do GASBOL que impossibilitam a ampliação de suprimento via gasoduto de transporte naquela

região, busca contratar suprimento incremental de tal insumo que lhe permita garantir oferta ao seu mercado com segurança, continuidade e competitividade;

- a COMPRADORA, para ampliar o suprimento de gás natural, realizou o Chamamento Público Nº01/2020 para receber e negociar propostas para suprimento de gás natural a ser disponibilizado na Zona de Saída SC2;
- a proposta apresentada pela SUPRIDORA no âmbito do referido Chamamento Público foi selecionada pela COMPRADORA para negociação por conter condições satisfatórias para que a COMPRADORA amplie o suprimento de gás natural ao seu mercado nas localidades aqui estabelecidas, com segurança, continuidade e competitividade;
- a SUPRIDORA tem capacidade para entregar gás natural nos locais estabelecidos neste CONTRATO mediante transporte de GNL em carretas criogênicas e a instalação e operação de uma unidade de regaseificação ao lado de cada PONTO DE SAÍDA;
- a SUPRIDORA deseja vender e entregar à COMPRADORA gás natural, e a COMPRADORA deseja comprar e receber o referido gás da SUPRIDORA, nos termos e condições aqui estabelecidos; e
- a compra e venda de gás natural objeto deste CONTRATO não está sujeita à obrigatoriedade de prévio procedimento licitatório com base na hipótese de inaplicabilidade de licitação prevista no inciso I, parágrafo terceiro do art. 28 da Lei Federal 13.303, de 30/06/2016.

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS

1.1. Sempre que grafados em maiúsculas, seja no singular ou no plural, os termos abaixo terão as seguintes definições:

AFILIADA: significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer outra entidade jurídica que, direta ou indiretamente controle, esteja sob controle comum, ou seja, controlada por essa PARTE. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da Assembleia-Geral, o poder de eleger a maioria dos Administradores da Companhia, bem como a utilização efetiva de seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia.

AJUSTE: significa a operação destinada a fazer com que um instrumento de medição tenha as indicações corrigidas com base no resultado de uma CALIBRAÇÃO.

ANO: significa cada período que:

- (a) para o primeiro ANO, começará no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e terminará no último DIA do mês de dezembro do ano em questão;
- (b) para cada ANO sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com excessão do último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro dia de janeiro do correspondente ANO e terminará no último dia do mês de dezembro do mesmo ANO;
- (c) para o último ANO de vigência do CONTRATO, começara no primeiro dia de janeiro do correspondente ANO e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO

ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997 ou qualquer outra entidade que, por força de lei, venha a substituí-la no futuro.

ARBITRAGEM: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 17.8.

ÁRBITRO (PRIMEIRO ÁRBITRO, SEGUNDO ÁRBITRO, TERCEIRO ÁRBITRO): significa um dos integrantes do TRIBUNAL ARBITRAL, designados conforme item 17.8.3.

ÁRBITRO ÚNICO: significa o árbitro único a ser responsável pela condução e pelo julgamento da ARBITRAGEM expedita, nos termos do item 17.8.3.

ARREDONDAMENTO OU ARREDONDADO: significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- (a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- (b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

CALIBRAÇÃO: significa o conjunto de operações que estabelece a relação entre os valores indicados por um instrumento de medição ou sistema de medição e os valores correspondentes das grandezas estabelecidos por padrões com resultados rastreáveis a RBC (Rede Brasileira de Calibração).

CALORIA: significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura dos 14,5 °C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5 °C (quinze vírgula cinco graus Celsius), à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco Joules). Uma QUILOCALORIA (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

CÂMARA: significa a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem, responsável pela condução da Mediação, conforme previsto na Cláusula Dezessete.

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: significa qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro ou aqueles previstos neste CONTRATO, observadas as condições e situações previstas na Cláusula Dezesseis.

CONDIÇÕES-BASE: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), em base seca, para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

COMPRADORA: significa a COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA – SCGÁS.

CONDIÇÕES SUSPENSIVAS: são as condições a serem satisfeitas antes do INÍCIO DE FORNECIMENTO, conforme estabelecido na Cláusula Terceira.

CONTRATO: significa este Contrato de Compra e Venda de Gás, seus anexos e termos aditivos.

DIA: significa cada dia calendário do período de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 23:59h (vinte três horas e cinquenta e nove minutos), tendo como referência GMT-3 (Greenwich Meridian Time menos três horas).

DIA ÚTIL: significa qualquer dia em que os bancos sejam obrigados a operar na cidade de Florianópolis, no Estado do Santa Catarina.

DOCUMENTO DE COBRANÇA: significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, nota de crédito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE a outra PARTE para a cobrança de valor que deva ser pago, nos termos deste CONTRATO.

DOCUMENTO DE CRÉDITO: significa qualquer carta de crédito, bem como qualquer outro documento ou Notificação emitida por uma PARTE à outra para concessão de crédito de um valor que deva ser devolvido ou creditado, nos termos do **CONTRATO** para a outra PARTE.

ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, conforme definido no item 13.9.

EVENTO DE INADIMPLEMENTO: significa a situação caracterizada pela ocorrência de qualquer das hipóteses definidas no item 14.1.

ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CUSTÓDIA: significa o local onde ocorrerá a transferência de propriedade do GÁS da SUPRIDORA para a COMPRADORA, localizado no flange imediatamente à jusante do SISTEMA DE MEDIÇÃO de cada PONTO DE SAÍDA.

FALHA DE FORNECIMENTO: situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA de qualquer dos seguintes fatos:

- (a) falta de disponibilidade de GÁS em quaisquer dos PONTOS DE ENTREGA; e
- (b) cumulativamente, recusa e não recebimento pela COMPRADORA de GÁS em desconformidade com as especificações contidas na Cláusula Onze e observado o procedimento ali disposto;

FATOR DE CORREÇÃO: é o Quociente entre o volume bruto medido, utilizando um medidor padrão de trabalho ou padrão de referência, e o volume medido por um medidor em operação durante uma calibração, sendo ambos referidos às mesmas condições de temperatura e pressão, ou ainda o quociente entre o volume bruto medido, utilizando um padrão de referência, e o volume medido por um medidor padrão de trabalho durante uma calibração, sendo ambos referidos às mesmas condições de temperatura e pressão.

GÁS ou GÁS NATURAL: significa o gás natural objeto do presente CONTRATO, composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso quando nas CONDIÇÕES-BASE.

GNL: é o gás natural liquefeito em escala comercial por processo de refrigeração, com redução do seu volume original em cerca de 600 (seiscentas) vezes, podendo ser transportado por carretas criogênicas a -162°C (cento e sessenta e dois graus Celsius negativos), o qual será regaseificado antes de ser entregue à COMPRADORA.

INÍCIO DAS OPERAÇÕES DO TGS: significa a data na qual o terminal de gás de titularidade da afiliada da SUPRIDORA, localizado no Terminal Gás Sul, na Baía da Babitonga, iniciar suas operações comerciais, a qual será precedida da emissão cumulativa das seguintes licenças e autorizações: [(i) a Autorização de Operação da ANP para o terminal de GNL, (ii) a Autorização de Operação da ANP para os gasodutos associados ao terminal de

GNL, e (iii) o Termo de Liberação de Operação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ].

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo De acordo com o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: (<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-deprecos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=calculadora-do-ipca>): IPCA = Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

INÍCIO DE FORNECIMENTO: significa a data definida no item 3.1.

INÍCIO DE PERÍODO DE AJUSTE DE FORNECIMENTO: significa a data a ser definida na forma do item 3.2, observando-se os demais dispositivos contidos na Cláusula Terceira.

MEDIAÇÃO: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 17.6.

MÊS: significa, para o primeiro MÊS, o período que começa no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e terminando 24:00h (vinte e quatro horas) do último DIA de tal MÊS. Para o último MÊS, começara no primeiro dia do MÊS correspondente e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO. Para os demais Meses, corresponde a cada MÊS calendário de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00 (zero hora) do primeiro DIA de cada MÊS e terminando às 24:00 (vinte e quatro horas) do último DIA de tal MÊS. Mensalmente será interpretado de modo análogo.

METRO CÚBICO (m³): significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES-BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

NOTIFICAÇÃO: significa qualquer comunicação entre as PARTES, cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, conforme definido na Cláusula Vinte.

PARADA PROGRAMADA: significa a situação transitória que resulte em redução no fornecimento ou recebimento de GÁS, conforme descrito na Cláusula Doze.

PARCELA DA MOLÉCULA: significa uma das parcelas que compõem o PREÇO DE VENDA DO GÁS, correspondendo todos os custos e compromissos referente à molécula do GÁS.

PARCELA DE TRANSPORTE: significa uma das parcelas que compõem o PREÇO DE VENDA DO GÁS, correspondendo todos os custos e compromissos referente à logística de entrega do GÁS.

PORTE: significa a SUPRIDORA ou a COMPRADORA, conforme o caso.

PARTE AFETADA: significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

PERÍODO DE FATURAMENTO: significa cada um dos períodos definidos no item 13.1.

PERÍODO DE AJUSTE DE FORNECIMENTO: significa o intervalo de tempo no qual deverá ocorrer o ajuste no fornecimento do GÁS, de acordo com as regras estabelecidas na Cláusula Terceira.

PERITAGEM: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 17.7.

PERITO: significa a pessoa designada, conforme o item 17.7 e seus subitens para dirimir as controvérsias submetidas à PERITAGEM.

PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR): significa o PCS de 9.400 Kcal/m³ (nove mil e quatrocentas QUILOCALORIAS por METRO CÚBICO de GÁS);

PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS): significa a quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO em três casas decimais. Sua unidade de medida será kcal/m³ (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO). No âmbito do CONTRATO, a determinação do PCS será efetuada no PONTO DE SAÍDA.

PONTO DE SAÍDA: Consiste nas instalações da SUPRIDORA, necessárias à disponibilização do GÁS nas condições contratuais, até o flange imediatamente à montante do SISTEMA DE MEDIÇÃO e odorização de propriedade da COMPRADORA.

PREÇO DE VENDA DO GÁS (PV): significa o preço de Venda do GÁS, em R\$/m³ (reais por METRO CÚBICO), calculado e reajustado conforme Cláusula Quinta.

PRESSÃO DE FORNECIMENTO: significa a pressão manométrica medida imediatamente a jusante do PONTO DE SAÍDA.

PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO: significa a pressão máxima de operação admissível, conforme definido na norma NBR 12712:2002 – Projeto de Sistemas de Transmissão e Distribuição de Gás Combustível ou similar, informada pela COMPRADORA, no seu respectivo sistema de distribuição, interligado ao PONTO DE SAÍDA em questão, conforme definido nas condições de entrega.

PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO: significa a pressão manométrica máxima de operação em cada PONTO DE SAÍDA, conforme definido nas condições de entrega.

PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO: significa a pressão manométrica mínima de operação em cada PONTO DE SAÍDA, conforme definido nas condições de entrega.

QUANTIDADE DE GÁS: significa um volume de GÁS, expresso em metros cúbicos nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC): significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária prevista na Cláusula Quarta.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP): significa a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA pela COMPRADORA em cada PONTO DE SAÍDA, que atenda às condições, limites e prazos previstos na Cláusula Oitava.

QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR): significa a QUANTIDADE DE GÁS, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, ARREDONDADA a zero casa decimal, que tenha sido retirada pela COMPRADORA em cada PONTO DE SAÍDA em determinado DIA, calculada de acordo com o item 10.3.

QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS): significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA à SUPRIDORA, em determinado DIA, em cada PONTO DE SAÍDA, conforme Cláusula Oitava.

QUANTIDADE FALTANTE (QF): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada na forma do item 6.3.

QUANTIDADE MEDIDA (QM): significa o volume de gás, expresso em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES-BASE, apurado em determinado período no SISTEMA DE MEDIÇÃO imediatamente após cada PONTO DE SAÍDA.

QUANTIDADE NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA (QNRPM): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada ANO na forma do item 7.2.

QUANTIDADE NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DO TRANSPORTE(QNRPT): significa a QUANTIDADE DE TRANSPORTE calculada a cada MÊS na forma do item 7.5.

QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA (QPNRM): significa o saldo de QUANTIDADE DE GÁS acumulado pela COMPRADORA em decorrência de pagamentos efetuados à SUPRIDORA de QUANTIDADES NÃO RETIRADAS RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA.

QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DO TRANSPORTE (QPNRPT): significa o saldo de QUANTIDADE DE TRANSPORTE acumulado pela COMPRADORA em decorrência de pagamentos efetuados à SUPRIDORA de QUANTIDADE NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DO TRANSPORTE(QNRPT).

QUANTIDADE RECUPERADA RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA (QRPM): significa a QUANTIDADE DE GÁS recuperada pela COMPRADORA do remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS, na forma do item 7.4.

QUANTIDADE RECUPERADA RELATIVA À PARCELA DO TRANSPORTE (QRPT): significa a QUANTIDADE DE TRANSPORTE recuperada pela COMPRADORA do remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS, na forma do item 7.5.2.

SENTENÇA ARBITRAL: significa o laudo definitivo a ser apresentado pelo TRIBUNAL ARBITRAL às PARTES em procedimentos de ARBITRAGEM.

SISTEMA DE MEDIÇÃO: significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, de propriedade da SUPRIDORA, situados imediatamente após cada PONTO DE SAÍDA.

SUPRIDORA: significa a NFE POWER DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL LTDA.

TRIBUNAL ARBITRAL: significa o tribunal constituído para solução de controvérsias conforme definido na Cláusula 17.

VAZÃO MÁXIMA INSTANTÂNEA: significa a vazão máxima instantânea, em m³/h (metros cúbicos por hora), nas condições base, em cada PONTO DE SAÍDA, conforme definido nas condições de entrega.

VAZÃO MÍNIMA INSTANTÂNEA: significa a vazão mínima instantânea, em m³/h (metros cúbicos por hora), nas condições base, em cada PONTO DE SAÍDA, conforme definido nas condições de entrega.

ZONA DE SAÍDA: significa o conjunto de todos os PONTOS DE SAÍDA estabelecidos neste CONTRATO.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

2.1. O objeto deste CONTRATO é a venda e entrega, por parte da SUPRIDORA, e a compra e recebimento, por parte da COMPRADORA, de GÁS NATURAL.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E CONDIÇÕES SUSPENSIVAS

3.1 O presente CONTRATO será válido a partir da data de sua assinatura e seu término ocorrerá no prazo de 05 (cinco) ANOS contados a partir data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, observado o disposto o item 3.1.1 abaixo.

3.1.1 A COMPRADORA poderá solicitar o término antecipado do CONTRATO, a seu exclusivo critério, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à SUPRIDORA quando a soma de todas as QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS durante a vigência do CONTRATO atingir o volume de 82.125.000 M³ (oitenta e dois milhões, cento e vinte e cinco mil metros cúbicos), sem que qualquer responsabilidade, penalidade ou ônus seja devida de uma PARTE à outra. Uma vez ultrapassado tal volume, a COMPRADORA poderá, a qualquer momento, exercer o direito de terminar antecipadamente o CONTRATO, mediante o envio de NOTIFICAÇÃO à SUPRIDORA com uma antecedência mínima de 5 (cinco) DIAS.

3.2. O INÍCIO DO FORNECIMENTO se dará na primeira dentre as seguintes datas: (i) 31 de março de 2022, e (ii) INÍCIO DAS OPERAÇÕES DO TGS.

3.2.1. Caso as CONDIÇÕES SUSPENSIVAS previstas no item 3.5 se cumpram antes do dia 01/10/2021, o INÍCIO DO FORNECIMENTO poderá ser antecipado, por comum acordo entre as PARTES, mediante notificação de uma PARTE à outra.

3.2.2. Caso houver atraso na data de INÍCIO DE FORNECIMENTO estabelecida no item 3.2, cuja razão não esteja associada às CONDIÇÕES SUSPENSIVAS referentes à SUPRIDORA, a SUPRIDORA estará sujeita a ressarcir a COMPRADORA pela diferença de custo incorrido por esta incorrida na aquisição de gás natural, considerando-se tal diferença o resultado entre da subtração entre (i) o preço 2 (PGU2) do Contrato NMG firmando entre a COMPRADORA e a PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS; e (ii) o preço do suprimento de GÁS firmado neste CONTRATO, sendo considerado para tanto, a soma das parcelas PM e PTO definidas na Cláusula Quinta.

3.3. O PERÍODO DE AJUSTE DE FORNECIMENTO terá o prazo máximo de 60 (sessenta) DIAS de duração, contados a partir da data do INÍCIO DO FORNECIMENTO. Durante o PERÍODO DE AJUSTE DE FORNECIMENTO, (i) o compromisso de recebimento da COMPRADORA estabelecido no item 7.1, alínea “a”, não será aplicável; e (ii) o compromisso de entrega da SUPRIDORA estabelecido no item 6.1, será normalmente aplicável.

3.4. O prazo para INÍCIO DE FORNECIMENTO, poderá ser alterado mediante acordo das PARTES.

3.5. A eficácia das cláusulas e disposições previstas no presente CONTRATO estará suspensa até que, cumulativamente, ocorram os fatos e as condições abaixo descritas ("CONDIÇÕES SUSPENSIVAS"):

I – CONDIÇÕES SUSPENSIVAS Referentes à SUPRIDORA:

- (a) Todas as autorizações que precisam ser emitidas pela ANP para a comercialização de gás natural;
- (b) Obtenção de licenças ambientais para instalação dos equipamentos necessários à regaseificação do GÁS objeto deste CONTRATO; e,
- (c) Todas as demais licenças e autorizações exigíveis por quaisquer Órgãos, necessárias ao cumprimento do objeto deste CONTRATO.

II – CONDIÇÕES SUSPENSIVAS Referentes à COMPRADORA:

- (a) Obtenção de licenças ambientais para instalação da rede de distribuição de gás canalizado para atendimento aos seus usuários, localizada à jusante do PONTO DE SAÍDA;

3.6. A PARTE a quem se refere a CONDIÇÃO SUSPENSIVA deverá notificar a outra PARTE sobre a satisfação ou não das CONDIÇÕES SUSPENSIVAS, devendo ser observado o disposto abaixo:

(i) Caso ambas as PARTES demonstrem, por meio de documentos idôneos, a satisfação de todas as CONDIÇÕES SUSPENSIVAS, serão plenamente exigíveis todas as disposições contratuais e será considerada como data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, o dia seguinte àquele fixado como data limite no item 3.2, independentemente de qualquer formalidade adicional ou NOTIFICAÇÃO.

(ii) Caso uma PARTE, a quem se refere as CONDIÇÕES SUSPENSIVAS, conforme determinado no item 3.5 acima, informe à outra PARTE que uma ou mais das CONDIÇÕES SUSPENSIVAS não foi satisfeita, aquela PARTE deverá expor as razões pelas quais isso ocorreu e todas as medidas por ela tomadas para a satisfação de tal(is) CONDIÇÃO(ÕES) SUSPENSIVA(S), tudo acompanhado de documentos. Além disso, tal PARTE deverá informar à outra PARTE os impactos que o não cumprimento da(s) CONDIÇÃO(ÕES) SUSPENSIVA(S) provocam sobre o cronograma inicial do projeto, devendo as PARTES acordarem, formalmente, no prazo de 10 (dez) DIAS, acerca da nova data de INÍCIO DE FORNECIMENTO prevista no item 3.2 da Cláusula Terceira.

(iii) Caso a PARTE que receber a NOTIFICAÇÃO mencionada no item (ii) acima não se manifeste no prazo de 10 (dez) DIAS a que se refere o caput deste item 3.6, caberá, então, à outra PARTE, notificá-la para, a seu exclusivo critério, em novo prazo de 10 (dez) DIAS se manifestar acerca do cronograma, de modo que uma nova ausência de resposta será entendida, para todos os fins de direito, como uma anuência com o novo cronograma proposto, incluindo a de INÍCIO DE FORNECIMENTO e de PERÍODO DE AJUSTE DE FORNECIMENTO nele estabelecido, passando a valer, conforme disposto no CONTRATO, as disposições, inclusive penalidades, relativas ao compromisso de fornecimento e de retirada.

(iv) Na hipótese de continuidade do CONTRATO sem a satisfação de uma ou mais CONDIÇÕES SUSPENSIVAS, as PARTES garantem-se reciprocamente que não alegarão que a ausência de satisfação de tal CONDIÇÃO SUSPENSIVA será usada para justificar: (i) qualquer pleito de revisão ou desequilíbrio contratual; (ii) qualquer inadimplemento contratual; ou (iii) qualquer alteração na base do negócio consubstanciado no CONTRATO.

(v) Durante o ínterim entre a data de assinatura do CONTRATO e a data limite para cumprimento das CONDIÇÕES SUSPENSIVAS, a PARTE a quem se refere as CONDIÇÕES SUSPENSIVAS, conforme determinado no item 3.5 acima, deverá, de boa-fé, praticar todos os atos necessários para que tais CONDIÇÕES SUSPENSIVAS sejam satisfeitas e manterá a outra PARTE informada das medidas tomadas e sobre os prazos de conclusão esperados.

(vi) Fica estabelecido entre as PARTES que a data limite para cumprimento de todas as CONDIÇÕES SUSPENSIVAS será a data de INÍCIO DO FORNECIMENTO. Após esta data, em não havendo cumprimento de todas as CONDIÇÕES SUSPENSIVAS, o CONTRATO perderá sua eficácia, exceto se, as PARTES em comum acordo, definirem nova data limite com antecedência mínima de 15 dias da referida data limite.

CLÁUSULA QUARTA - QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA

4.1. A QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA – QDC, em METROS CÚBICOS por DIA, levando em consideração a ZONA DE SAÍDA, será de 150.000 (cento e cinquenta mil) **M³/DIA**.

4.1.1. A QDC acima pactuada será distribuída em cada PONTO DE SAÍDA a ser definido pela COMPRADORA, nos termos da Cláusula Nona, quando houver fornecimento em mais de 1 (um) PONTO DE SAÍDA.

4.2. A SUPRIDORA terá a obrigação de aceitar a redução da QDC solicitada pela COMPRADORA, desde que reste garantida a retirada do volume mínimo de retirada total estabelecida no item 3.1.1, ainda que, para tanto, as PARTES precisem celebrar um aditivo a este CONTRATO prevendo a prorrogação do prazo de vigência contratual.

4.2.1 Sem prejuízo do disposto no item 4.2 acima, a COMPRADORA terá o direito de solicitar, a qualquer tempo, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à SUPRIDORA, com antecedência mínima de 90 (noventa) DIAS, o aumento da QDC até o limite de 33% (trinta e três por cento) da QDC estabelecida no item 4.1 acima e terá a obrigação de aceitar tal aumento da QDC.

4.2.2 Sem prejuízo do disposto no item 4.2, desde que acordado entre as PARTES, mediante celebração de aditivo a este CONTRATO, a QDC estabelecida no item 4.1 poderá ser acrescida fora dos limites definidos no item 4.2.1.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DE VENDA DO GÁS

5.1. O PREÇO DE VENDA DO GÁS (PV), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, nos PONTOS DE SAÍDA e aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS, será constituído pela soma da PARCELA DA MOLÉCULA (PM) com a PARCELA DE TRANSPORTE (PT), conforme fórmula abaixo, e será atualizado de acordo com o estabelecido nos subitens 5.1.1 e 5.1.2.

$$PV = (PM + PT); \text{ onde:}$$

PV	É o PREÇO DE VENDA DO GÁS NATURAL (PV), expresso em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PM	É o Preço da Molécula (PM), expresso em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PT	É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT) calculada para cada PONTO DE SAÍDA, expressa em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

5.1.1. PARCELA DA MOLÉCULA (PM):

A PARCELA DE MOLÉCULA (PM) do PREÇO DE VENDA DO GÁS, com valor inicial de R\$1,8980/m³ (um real e oitenta e nove centavos e oitenta milésimos por metro cúbico) será calculada mensalmente, pela aplicação da seguinte fórmula:

$$PMr = PM \times \left(\left(30\% \times \left(\frac{\text{Brent Novo}}{\text{Brent Anterior}} \right) \right) + \left(70\% \times \left(\frac{\text{Ptax Novo}}{\text{Ptax Anterior}} \right) \right) \right)$$

Onde:

PMr = é o valor da PARCELA DA MOLÉCULA em Reais aplicável ao MÊS em questão;

PM = Preço da PARCELA DA MOLÉCULA relativa ao MÊS anterior;

BRENT Novo = Média das cotações diárias do Brent, base bolsa de Londres, referente ao segundo mês anterior ao mês do reajuste.

BRENT Anterior = Média das cotações diárias do Brent, base bolsa de Londres, referente à data do último reajuste. Para início de CONTRATO, é o valor de US\$ 65,41/bbl (sessenta e cinco dólares norte-americanos e quarenta e um centavos) por barril.

Ptax Novo = Média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS – Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, referentes ao segundo mês anterior ao mês do reajuste.

Ptax Anterior = Média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS – Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, referente à data do último reajuste. Para início de CONTRATO, o valor é de R\$5,646/US\$ (cinco reais e seiscentos e quarenta e seis centésimos de real por dólar norte americano).

5.1.2. PARCELA DE TRANSPORTE (PT):

Para o PONTO DE SAÍDA Içara

A PARCELA DE TRANSPORTE (PT), com valor inicial de R\$0,9386/m³ (noventa e três centavos e oitenta e seis milésimos de real por metro cúbico), enquanto a soma de todas as QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS durante a vigência do CONTRATO não atingir o volume de 82.125.000 M³ (oitenta e dois milhões, cento e vinte e cinco mil metros cúbicos), acima deste volume o transporte passará para o valor de R\$0,3100 (trinta e um centavos de real), base abril/2021, será calculada mensalmente, pela aplicação da seguinte fórmula:

Reajuste para o volume até 82.500.000 m³

$$PTr = PTi \times (1 + (\Delta IPC-A \times 85,8\% + \Delta OD \times 14,20\%))$$

Reajuste para o volume acima de 82.500.000 m³

$$PTr = PTi \times (1 + (\Delta IPC-A \times 60\% + \Delta OD \times 40\%))$$

Onde:

PTOr = é o valor da PARCELA DO TRANSPORTE E OPERAÇÃO em Reais aplicável ao MÊS em questão.

PTOi = é o valor da PARCELA DO TRANSPORTE E OPERAÇÃO a relativa ao Mês anterior.

$\Delta IPC-A$ = Variação do IPC-A (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde:

$$\Delta IPCA = (IPC_{An} - IPC_{A0}) / IPC_{A0},$$

IPCAn = é o valor do IPC-A, do segundo mês anterior ao mês do reajuste.

IPCA0 = é o valor do IPC-A, do segundo mês anterior à última aplicação desse indicador.

ΔOD = Variação do combustível Óleo Diesel, onde:

$$\Delta OD = (OD1 - OD0) / OD0,$$

onde:

ΔOD = Variação Positiva do combustível Óleo Diesel conforme divulgação da ANP em seu Sistema de Levantamento de Preços, considerando-se Óleo Diesel, Estado de Santa Catarina, Preço Médio para a cidade de Tubarão/SC.

Fonte: <https://preco.anp.gov.br/>

OD1 = é o preço do Diesel no segundo mês anterior ao mês do reajuste.

OD0 = é o preço do Diesel no segundo mês anterior à última aplicação desse indicador. Para o primeiro reajuste o mês base é abril de 2021.

5.2. O PREÇO DE VENDA DO GÁS (PV) expresso em R\$/m³ (reais por METRO CÚBICO), levará sempre na sua aplicação o METRO CÚBICO nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal antes do cálculo dos tributos.

5.3. A SUPRIDORA declara que estão contemplados no PREÇO DE VENDA DO GÁS todos os custos necessários à entrega do Gás objeto deste CONTRATO, incluindo não somente os custos associados à molécula e à logística, bem como de custos fixos e operacionais, além de todos os custos relativos à nacionalização do gás, cabendo apenas à SUPRIDORA toda a responsabilidade e custos pela importação e nacionalização do GÁS.

CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA SUPRIDORA

6.1. Compromisso de Fornecimento da SUPRIDORA.

A SUPRIDORA compromete-se a (i) aceitar automaticamente, em cada DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) para cada PONTO DE SAÍDA como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para cada PONTO DE SAÍDA até o limite dado pela QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) e o limite contratual de cada PONTO DE SAÍDA; e (ii) disponibilizar para a COMPRADORA, em cada PONTO DE SAÍDA a cada DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) de acordo com as condições de qualidade estabelecidas no item 11.1.

6.1.1 A SUPRIDORA garantirá uma redundância no abastecimento de GÁS objeto deste CONTRATO com a COMPRADORA e, uma vez que reconhece que tal GÁS servirá para a consecução do serviço público de distribuição de gás canalizado prestado pela COMPRADORA a seus usuários, a SUPRIDORA se compromete a sempre buscar a continuidade da entrega de GÁS, minimizando a ocorrência de FALHAS DE FORNECIMENTO.

6.2. Penalidade por FALHA DE FORNECIMENTO.

6.2.1. No caso de FALHA NO FORNECIMENTO em determinado DIA, a SUPRIDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade diária calculada de acordo com a seguinte fórmula, independentemente de efetiva ocorrência e comprovação de perdas e danos, e qual será o único valor devido pela Supridora à Compradora em razão de FALHA NO FORNECIMENTO:

$$PFF = PV \times QF, \text{ onde:}$$

PFF:	é o valor da penalidade diária por FALHA NO FORNECIMENTO no DIA em questão devida pela SUPRIDORA;
QF:	é a soma das QUANTIDADES FALTANTE no DIA em questão do PONTO DE SAÍDA; e
PV:	é o PREÇO DE VENDA DO GÁS vigente no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA NO FORNECIMENTO.

6.2.2. Em qualquer hipótese, a SUPRIDORA estará sujeita a um limite de 90 (noventa) penalidades diárias por FALHA NO FORNECIMENTO em um mesmo ano durante a vigência deste CONTRATO.

6.2.3. A SUPRIDORA deverá garantir, desde o INÍCIO DE FORNECIMENTO, uma reserva mínima de segurança de GNL, nos termos do Memorial Descritivo de Logística, Anexo IV do presente CONTRATO, em quantidade equivalente a, após regaseificada, a 3,0 (três) vezes a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA, em equipamento de estocagem localizado junto ao PONTO DE SAÍDA. A SUPRIDORA deverá disponibilizar à COMPRADORA o sinal de monitoramento *on line* do respectivo equipamento de estocagem, através de meio físico de sinal analógico ou digital.

6.2.3.1 O Memorial Descritivo de Logística deverá ser alterado sempre que houver alteração da QDC, mediante Termo de Aditamento ao presente CONTRATO.

6.2.4. Caso a quantidade de GNL constante do equipamento de estocagem junto ao PONTO DE SAÍDA esteja abaixo da quantidade mínima estabelecida no item 6.2.3 acima, a SUPRIDORA deverá restabelecer tal quantidade mínima no prazo de até 36 (trinta e seis) horas contadas do momento em que a reserva ficou abaixo de sua quantidade mínima. Caso a SUPRIDORA não restabeleça a quantidade mínima em tal prazo, será aplicado um desconto de 5% (cinco por cento) do PREÇO DE VENDA DO GÁS enquanto perdurar o descumprimento acima, sem prejuízo da aplicação da penalidade por FALHA NO FORNECIMENTO caso ela ocorra.

6.3. QUANTIDADE FALTANTE.

Caso em determinado DIA ocorra uma FALHA NO FORNECIMENTO, a QUANTIDADE FALTANTE (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF_j = QDP_j - QDR_j, \text{ onde:}$$

QF _j :	é a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no DIA “j”, que será determinada na forma do item 11.5.2 para os casos de FALHA NO FORNECIMENTO relativos à qualidade do GÁS;
QDP _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA “j”, em determinado PONTO DE SAÍDA; e
QDR _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA no DIA “j”, em tal PONTO DE SAÍDA.

CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSO DA COMPRADORA DE RECEBIMENTO DO GÁS

7.1. Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA NO FORNECIMENTO, PARADAS PROGRAMADAS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se:

(a) a cada ANO, a adquirir e retirar da SUPRIDORA e, mesmo que não retire, pagar à SUPRIDORA uma QUANTIDADE DE GÁS que, na média diária do correspondente ANO, seja igual a 30% (trinta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).

(b) a cada MÊS, até que a soma de todas as QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS durante a vigência do CONTRATO, atingir o volume de 82.125.000 M³ (oitenta e

dois milhões, cento e vinte e cinco mil metros cúbicos), pagar à SUPRIDORA a PARCELA DO TRANSPORTE (PT) no mínimo equivalente a 20% (vinte por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).

7.2. QUANTIDADE NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA (QNRPM) no ANO - Apuração

Para fins de verificação do cumprimento da obrigação de retirada anual (com base na PARCELA DA MOLÉCULA), a eventual QUANTIDADE NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA (QNRPM) pela COMPRADORA no correspondente ANO serão calculadas conforme a seguinte fórmula:

$$QNRPM = \left(0,30 \times \sum_{j=1}^A QDC_j \right) - (QNFF + QNFM + QNPP) - \left(\sum_{j=1}^A QDR_j - \sum_{m=1}^M QRPM_m \right)$$

onde:

QNRPM:	é a QUANTIDADE NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA (QNRPM) no correspondente ANO, a qual se aplica a PARCELA DA MOLÉCULA, para fins de pagamento pela COMPRADORA, sendo igual a zero caso o resultado da fórmula seja negativo;
QDC _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente no DIA “j”;
A:	é o número de DIAS do correspondente ANO;
QNFF:	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de FALHA NO FORNECIMENTO no respectivo ANO;
QNFM:	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo ANO;
QNPP:	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de PARADAS PROGRAMADAS no respectivo ANO, com base na QUANTIDADE DE GÁS calculada de acordo com o previsto na alínea (c) do item 12.2;
QDR _j :	é a soma da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no DIA “j” em toda a ZONA DE SAÍDA;
QRPM _m :	é a QUANTIDADE RECUPERADA RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA (QRPM) no MÊS “m”;
j:	é um determinado DIA do correspondente ANO;
m:	é um determinado MÊS do correspondente ANO; e
M:	é o número de MESES do correspondente ANO.

7.2.1. Caso em determinado ANO seja identificada a existência de QUANTIDADE NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA (QNRPM), na forma do item 7.2, a COMPRADORA deverá pagar o montante previsto no item 13.2.

7.3. QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA (QPNRPM)

Uma vez efetuados os pagamentos a que se refere o item 7.2.1, as correspondentes QUANTIDADES NÃO RETIRADAS RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA (QNRPM) somar-se-ão ao saldo de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS RELATIVAS À PARCELA DA MOLÉCULA (QPNRPM).

7.4. Recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS RELATIVAS À PARCELA DA MOLÉCULA (QRPM)

A COMPRADORA recuperará, automaticamente, as QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS RELATIVAS À PARCELA DA MOLÉCULA (QPNRPM), até o limite do saldo existente, na forma abaixo:

(a) Durante o prazo de vigência do CONTRATO, incluindo suas eventuais prorrogações, a recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS RELATIVAS À PARCELA DA MOLÉCULA (QPNRPM) ocorrerá mensalmente e a QUANTIDADE RECUPERADA RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA (QRPM) será igual à diferença entre: (i) a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA no MÊS e (ii) 30% (trinta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), multiplicada pelo número de DIAS do MÊS. Caso em determinado MÊS a COMPRADORA não possa recuperar a integralidade ou parte da QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA (QPNRPM) em função de FALHA NO FORNECIMENTO, PARADA PROGRAMADA ou CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, ela deverá, findo o MÊS em questão, notificar a SUPRIDORA e informá-la da QUANTIDADE DE GÁS que deixou de recuperar em função de tal(is) fato(s). Nos MESES subsequentes a COMPRADORA poderá compensar contra qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido pela SUPRIDORA o valor obtido pela multiplicação da QUANTIDADE DE GÁS não recuperada (em função da FALHA NO FORNECIMENTO) pelo PREÇO DE VENDA DO GÁS vigente no MÊS em que se dê a compensação.

(b) Após o término do prazo de vigência do presente CONTRATO e de eventuais prorrogações, a COMPRADORA poderá recuperar o saldo das QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS RELATIVAS À PARCELA DA MOLÉCULA (QPNRPM), diariamente, até o limite dado pela QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente no último ANO, enquanto houver saldo. Durante esse período, todas as regras do presente CONTRATO continuarão aplicáveis e em vigor com relação ao GÁS a ser fornecido em tal período, exceto pelos compromissos de retirada de gás da COMPRADORA e as regras aplicáveis a tais compromissos.

7.4.1. Única e exclusivamente quando da recuperação que se dê após o término do CONTRATO, a COMPRADORA deverá pagar à SUPRIDORA, o montante equivalente à QUANTIDADE RECUPERADA RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA (QRPM) multiplicada pela PARCELA DE TRANSPORTE (PT).

7.4.2. A QUANTIDADE RECUPERADA RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA (QRPM) será deduzida do saldo remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS RELATIVAS À PARCELA DA MOLÉCULA (QPNRPM).

7.5. Apuração da QUANTIDADE DE GÁS NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DO TRANSPORTE (QNRPT)

Para fins de verificação do cumprimento da obrigação de pagamento da PARCELA DO TRANSPORTE (PT) mensal estabelecida no item 7.1(b), a apuração da QUANTIDADE NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DO TRANSPORTE (QNRPT) será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$QNRPT = \left(0,20 \times \sum_{j=1}^A QDC_j \right) - (QNFF + QNFM + QNPP) - \sum_{j=1}^A QDR_j$$

onde:

QNRPT:	é QUANTIDADE DE GÁS NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DO TRANSPORTE (QNRPT) no correspondente MÊS para fins de pagamento pela COMPRADORA, sendo igual a zero caso o resultado da fórmula seja negativo;
QDC _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente no DIA “j”;
A:	é o número de DIAS do correspondente MÊS;
QNFF:	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de FALHA NO FORNECIMENTO no respectivo MÊS;
QNFM:	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo MÊS;
QNPP:	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de PARADAS PROGRAMADAS no respectivo MÊS, com base na QUANTIDADE DE GÁS calculada de acordo com o previsto na alínea (c) do item 12.2;
QDR _j :	é a soma da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no DIA “j” em toda a ZONA DE SAÍDA;
j:	é um determinado DIA do correspondente MÊS;

7.5.1. Caso em determinado MÊS seja identificada a existência de QUANTIDADE DE GÁS NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DO TRANSPORTE (QNRPT), na forma do item 7.5, a COMPRADORA deverá pagar o montante previsto no item 13.3.

7.5.2 QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DO TRANSPORTE (QPNRPT)

Uma vez efetuados os pagamentos a que se refere o item 7.5.1, as correspondentes QUANTIDADES NÃO RETIRADAS RELATIVAS À PARCELA DO TRANSPORTE (QPNRPT) somar-se-ão ao saldo existente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS RELATIVAS À PARCELA DO TRANSPORTE (QPNRPT).

7.5.3 Recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS RELATIVAS À PARCELA DO TRANSPORTE (QPNRPT)

A COMPRADORA recuperará, automaticamente, as QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS RELATIVAS À PARCELA DO TRANSPORTE (QPNRPT), até o limite do saldo existente, mensalmente, sendo que a QUANTIDADE RECUPERADA RELATIVA À PARCELA DO TRANSPORTE (QRPT) será igual à diferença entre: (i) a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA no MÊS; e (ii) 30% (trinta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), multiplicada pelo número de DIAS do MÊS. O valor relativo às QUANTIDADES RECUPERADAS RELATIVA À PARCELA DO TRANSPORTE será abatido do faturamento mensal conforme item 13.1.

7.5.3.1 QUANTIDADE RECUPERADA RELATIVA À PARCELA DO TRANSPORTE (QRPT) será deduzida do saldo remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS RELATIVAS À PARCELA DO TRANSPORTE (QPNRPT).

CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO

8.1. A COMPRADORA enviará mensalmente à SUPRIDORA, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência ao início de cada MÊS, NOTIFICAÇÃO contendo a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA para cada DIA do MÊS em referência e para cada PONTO DE SAÍDA e a QUANTIDADE DE GÁS total estimada para os dois MESES subsequentes, levando em consideração, em ambos os casos, o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) e o limite operacional fixado no CONTRATO de cada PONTO DE SAÍDA. Observados os limites citados neste item, a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA será automaticamente convertida em QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA para cada PONTO DE SAÍDA e para cada DIA do MÊS em questão, independentemente de qualquer outra providência. Qualquer requisição da COMPRADORA de QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA que supere o limite da QDC deverá ser feita em apartado e poderá ser aceita ou não pela SUPRIDORA, devendo, para tanto, a

SUPRIDORA, em até 5 (cinco) dias contados do pedido da COMPRADORA, informar se aceita ou não fornecer tal QUANTIDADE DE GÁS adicional pelo mesmo PREÇO DE VENDA DO GÁS vigente no CONTRATO. Caso a SUPRIDORA aceite fornecer tal QUANTIDADE DE GÁS superior a QDC, a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA do DIA em questão será alterada e passará a ser composta da QDC acrescida da QUANTIDADE DE GÁS adicional solicitada e aceita.

8.2. A COMPRADORA terá o direito de alterar (aumentar ou diminuir) a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) estabelecida para determinado DIA, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à SUPRIDORA até às 10:00hs do mesmo DIA, e poderá ser mantido pelo prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Qualquer NOTIFICAÇÃO com alteração por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, deverá ser feita com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, observadas as condições estabelecidas no item 8.1.

CLÁUSULA NONA – PONTOS DE SAÍDA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS

9.1. Cada PONTO DE SAÍDA e suas localizações estão estabelecidas no Anexo I, o qual é parte integrante e indissociável do presente CONTRATO.

9.1.1. A transferência de propriedade do GÁS da SUPRIDORA para a COMPRADORA ocorrerá na ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CUSTÓDIA.

9.1.2. Todos os riscos e perdas de GÁS (i) à montante da ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CUSTÓDIA serão de responsabilidade da SUPRIDORA, e (ii) à jusante da ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CUSTÓDIA serão de responsabilidade da COMPRADORA.

9.1.3. Poderão ser acrescentados novos PONTO DE SAÍDA ao Anexo I do presente CONTRATO, através de Termo de Aditamento, sem que haja a obrigatoriedade de alteração da QDC inicialmente contratada, sob novas condições comerciais específicas. A localização definida no item 9.1, poderá em comum acordo entre as PARTES, mediante Termo de Aditamento, ser alterada, dentro do território objeto da concessão da COMPRADORA sob novas condições comerciais específicas referentes ao novo Ponto de Saída.

9.1.4. Para fins de definição das novas condições comerciais, as as PARTES consideram o custo de realocação da planta, definido para estes fins, na data de assinatura deste CONTRATO em USD598.000,00 (quinhentos e noventa e oito mil dólares americanos) ao cambio referencia de 1USD = R\$5,5000, a ser atualizado na data de realocação estabelecida entre as PARTES, devendo este incidir como parcela adicional da Parcela de Transporte, sob a forma de uma parcela mensal, consecutiva, considerando uma taxa de 7% (sete por cento) ao ano “pró-rata tempore” ao prazo restante para término do CONTRATO.

9.1.5 Ainda para fins de definição das novas condições comerciais, a parcela de transporte fixada neste CONTRATO é válida para distância de até 903Km (novecentos e três quilômetros) medidos a partir da base de origem da SUPRIDORA até o PONTO DE SAÍDA, com tolerância de 10Km (dez quilômetros).

9.1.6 O custo será acrescido de R\$0,0005/m³ (cinco décimos de milésimos de real) para cada km adicional ao definido como PONTO DE SAÍDA no Anexo I deste CONTRATO.

9.1.7 Fica definido para todos os fins que a base de origem será considerada em Rod. BR290, Km 718 – Bairro Aeroporto, Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 97.513-611.

9.1.8 Sem prejuízo do disposto acima, uma vez iniciadas as operações do no TGS (Terminal Gás Sul) localizado na Baía de Babitonga, próximo a São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina, o mesmo poderá ser considerado também como uma base de origem alternativa.

9.2. O GÁS será disponibilizado pela SUPRIDORA à COMPRADORA na ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CUSTÓDIA, atendendo às condições desta Cláusula e aos aspectos de qualidade estabelecidos na Cláusula Onze.

9.3. As pressões, máximas, mínimas e limite e as vazões máximas e mínimas de cada PONTO DE SAÍDA estão estabelecidas no Anexo 2, o qual é parte integrante e indissociável do presente CONTRATO.

9.4. Os dados operacionais referentes ao volume de armazenamento de GNL da SUPRIDORA deverão ser disponibilizados à COMPRADORA, através de sinais eletrônicos, ou de comunicação, oriundos do sistema de armazenamento.

9.5. Os dados operacionais referentes aos SISTEMAS DE MEDIÇÃO da SUPRIDORA deverão ser disponibilizados à COMPRADORA, através de sinais eletrônicos, ou de comunicação, oriundos do sistema de medição.

9.6. Os dados operacionais referentes aos sistemas de cromatografia da SUPRIDORA deverão ser disponibilizados à COMPRADORA (compartilhado), através de sinais eletrônicos, ou de comunicação, oriundos do sistema de cromatografia.

9.7. A SUPRIDORA irá disponibilizar acesso via internet para a visualização pela COMPRADORA da instalação e dados de monitoramento.

9.8. Nas situações em que porventura ocorram interrupções no fornecimento dos dados operacionais citados, o reestabelecimento do fornecimento de tais dados deverá

ocorrer em um período máximo de 72h com vistas à continuidade do recebimento das informações.

9.9. As CONDIÇÕES DE ENTREGA em cada PONTO DE SAÍDA são apresentadas no Anexo II do presente CONTRATO.

9.10 A PRESSÃO DE FORNECIMENTO não poderá exceder em nenhuma hipótese a PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.

9.11 Ocorrendo falhas nos equipamentos de regulação de pressão, a PRESSÃO DE FORNECIMENTO poderá ser superior à PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO, pelo prazo necessário para o acionamento da válvula de bloqueio automático (*Shut-off*), ou correção da falha, o que ocorrer primeiro, sendo o limite da PRESSÃO DE FORNECIMENTO, nestas condições, a PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.

9.12 A COMPRADORA confirma que suas linhas diretamente ligadas aos PONTOS DE SAÍDA estão aptas, homologadas e licenciadas para suportar pressões até o valor definido na PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO, conforme definem as normas nacionais e internacionais de gasodutos.

9.13 Na eventualidade da PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO das linhas da COMPRADORA sofrerem alguma alteração, a COMPRADORA deverá enviar imediatamente NOTIFICAÇÃO à SUPRIDORA. Nesse caso, a SUPRIDORA poderá unilateralmente considerar condições diversas das regidas por esta Cláusula para a entrega do GÁS até que seja negociado um Termo Aditivo que definirá as novas condições de entrega.

9.14 Nas hipóteses em que a PRESSÃO DE FORNECIMENTO seja superior à PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO e inferior à PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO, a COMPRADORA será responsável por qualquer dano ou prejuízo causado aos seus equipamentos, em decorrência do fornecimento de GÁS em pressão superior à PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO.

9.15 Nas hipóteses em que a PRESSÃO DE FORNECIMENTO seja superior à PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO, a SUPRIDORA será responsável pelos danos diretos, comprovadamente causados aos equipamentos da COMPRADORA, em decorrência do fornecimento de GÁS acima da PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.

9.16 Em situações de contingência de consumo, a COMPRADORA deverá enviar NOTIFICAÇÃO à SUPRIDORA informando a respeito desta ocorrência. Em situações de contingência de suprimento, a SUPRIDORA deverá enviar NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA informando a respeito desta ocorrência. Os procedimentos de operação são detalhados no Procedimento Mútuo Operacional (PMO) conforme item 23.7.

9.17 Vazões de Fornecimento

9.17.1 Nas hipóteses em que as retiradas de GÁS da COMPRADORA impliquem em vazões diferentes do intervalo compreendido entre a VAZÃO MÍNIMA INSTANTÂNEA e a VAZÃO MÁXIMA INSTANTÂNEA, a COMPRADORA será responsável por essa não-conformidade e pelos eventuais danos diretos, comprovadamente causados à SUPRIDORA.

9.17.2 A COMPRADORA não poderá ultrapassar a VAZÃO MÁXIMA INSTANTÂNEA.

9.17.3. Caso sejam necessárias alterações nas condições de entrega descritas na tabela de condições de fornecimento, oriundas comprovadamente de riscos operacionais do sistema, de determinação de órgãos ambientais ou de órgãos reguladores, as PARTE(S) deverão imediatamente renegociar as condições de entrega.

9.17.4 As condições de entrega somente poderão ser alteradas por meio de aditivo ao presente CONTRATO.

9.17.5 Caso a SUPRIDORA constata efetivo risco à segurança operacional do sistema de equipamentos relativos à entrega do GÁS, emitirá NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA informando tal fato e os seus impactos no suprimento de GÁS, e providenciará a implementação de ações corretivas com o objetivo de estabilizar o risco, até que as condições de entrega sejam alteradas por meio de aditivo.

CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO DO GÁS

10.1. Disposições Gerais.

10.1.1. Salvo nos casos diferentemente dispostos neste CONTRATO, as PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades - SI.

10.1.2. A QUANTIDADE MEDIDA (QM) e a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) serão expressas com ARREDONDAMENTO em zero na respectiva casa decimal.

10.1.3. As PARTES acordam que, para fins de cálculo da QUANTIDADE MEDIDA (QM) no SISTEMA DE MEDIÇÃO, a pressão atmosférica será baseada nas coordenadas geográficas do SISTEMA DE MEDIÇÃO.

10.2. A medição do volume de GÁS fornecido pela SUPRIDORA será efetuada pela COMPRADORA através do SISTEMA DE MEDIÇÃO.

10.3. Para determinação da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) pela COMPRADORA em determinado DIA e em determinado PONTO DE SAÍDA, multiplicar-se-á a QUANTIDADE MEDIDA (QM) pelo fator (f_q), ARREDONDADO até a quarta casa decimal, obtido da divisão

do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) médio diário do GÁS no respectivo DIA no PONTO DE SAÍDA (medido através do sistema de cromatografia gasosa on-line instalado no PONTO DE SAÍDA) pelo PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR) de acordo com a seguinte fórmula:

$$QDR = QM \times fq$$

$$fq = \frac{PCS_m}{PCR}, \text{ onde:}$$

QDR :	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), em determinado PONTO DE SAÍDA;
QM :	É a QUANTIDADE MEDIDA (QM) , no PONTO DE SAÍDA em questão;
fq :	É o Fator de conversão da QM para QDR, ARREDONDADO até a quarta casa decimal;
PCS_m :	É o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) médio do referido DIA no PONTO DE SAÍDA em questão, medido através do sistema de cromatografia gasosa on-line instalado no PONTO DE SAÍDA, ARREDONDADO até a terceira casa decimal; e
PCR :	É o PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

10.4. A QUANTIDADE MEDIDA será calculada DIARIAMENTE aplicando-se os procedimentos estabelecidos na Resolução Conjunta ANP/INMETRO nº 1 de 10 de junho de 2013, ou qualquer outra regulação que a substitua.

10.4.1. O fator de compressibilidade deverá ser calculado conforme a AGA Report no. 8, sempre em sua versão mais atualizada possível ("*Compressibility Factor of Natural Gas and Related Hydrocarbon Gases*"), ou documento que vier a substituí-lo, e com base nos resultados mais recentes de cromatografia, relacionados ao item 7.1.10 do RTM (Regulamento Técnico de Medição de Petróleo e Gás Natural a que se refere a Resolução Conjunta ANP/INMETRO nº 1 de 10 de junho de 2013 ou qualquer outra que venha a substituí-lo).

10.5. CALIBRAÇÃO dos SISTEMAS DE MEDIÇÃO.

10.5.1. A Periodicidade da calibração e os critérios de aceitação dos equipamentos do sistema de medição da SUPRIDORA atenderão à legislação metrológica vigente.

10.5.2. As calibrações serão realizadas pela SUPRIDORA ou por terceiros por ela contratados, cabendo à COMPRADORA manifestar interesse em acompanhar os procedimentos de calibração. Caso opte por não acompanhar, a COMPRADORA desde já concorda com o Fator de Correção determinado pela SUPRIDORA.

10.5.3. Nenhuma CORREÇÃO será efetuada na QUANTIDADE MEDIDA caso a CALIBRAÇÃO indique que o SISTEMA DE MEDIÇÃO esteja apurando uma QUANTIDADE MEDIDA (QM) com erro igual ou inferior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos.

10.5.4. Caso determinada CALIBRAÇÃO indique que o referido SISTEMA DE MEDIÇÃO esteja apurando uma QUANTIDADE MEDIDA (QM) com erro superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos, será adotado a seguinte sequência:

(a) A SUPRIDORA determinará tecnicamente o respectivo fator de correção da QUANTIDADE MEDIDA (QM), sendo facultado à COMPRADORA acompanhar os trabalhos.

(b) O fator de correção será obtido com base nas informações constantes dos relatórios de CALIBRAÇÃO, mediante simulação para cálculo da vazão a partir dos valores médios das variáveis de processo.

(c) Uma vez que os cálculos sejam aceitos pela COMPRADORA, será lavrado um termo que as PARTES subscreverão sem ressalvas, no qual estarão registrados os procedimentos e a memória de cálculo do fator de correção, o resultado obtido e outros aspectos pertinentes.

(d) Caso a COMPRADORA não esteja de acordo com os referidos cálculos, deverá mediante NOTIFICAÇÃO, em até 5 (cinco) DIAS, comunicar a discordância à SUPRIDORA, fundamentando os motivos de seu desacordo. Caso a COMPRADORA não se pronuncie, considerar-se-á a concordância com os referidos cálculos.

10.5.5. Comprovadamente definido o período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO operou com erro maior do que 1,5%, será aplicado o fator de correção necessário para corrigir o erro.

10.5.6. Não sendo conhecido o período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO operou com erro maior do que 1,5%, o disposto no item 10.5.4 será aplicado sobre cada QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) (i) nos 60 (sessenta) DIAS anteriores à CALIBRAÇÃO que detectou o erro; ou (ii) na última metade do período de tempo entre a detecção do erro e a CALIBRAÇÃO anterior do SISTEMA DE MEDIÇÃO; prevalecendo o menor período de tempo.

10.5.7. A COMPRADORA poderá, mediante NOTIFICAÇÃO, solicitar CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO fora da periodicidade estabelecida no item 10.5.1. A SUPRIDORA enviará à COMPRADORA, no prazo de 20 (vinte) DIAS ÚTEIS, uma NOTIFICAÇÃO com uma estimativa dos custos.

(a) Caso a SUPRIDORA confirme, mediante NOTIFICAÇÃO, esta CALIBRAÇÃO, e o fator de correção apurado seja igual ou inferior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela COMPRADORA, conforme o caso.

(b) Caso contrário, se o fator de correção apurado for superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela COMPRADORA.

10.6. Havendo, em qualquer DIA, falha no SISTEMA DE MEDIÇÃO que impeça a apuração segura da QUANTIDADE MEDIDA (QM), sem interrupção no fornecimento de GÁS, a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) relativa a esse DIA será determinada da seguinte forma hierárquica:

(a) Com base em medições apuradas no SISTEMA DE MEDIÇÃO da SUPRIDORA, imediatamente à montante do PONTO DE SAÍDA, se houver.

(b) Pelo somatório das medições dos pontos de consumo vinculados ao sistema de distribuição da COMPRADORA.

(c) Com base em quaisquer outros métodos acordados entre as PARTES.

CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS

11.1. O GÁS a ser entregue pela SUPRIDORA à COMPRADORA, nos PONTOS DE SAÍDA, deverá apresentar características de qualidade que atendam, no mínimo, às especificações do Regulamento Técnico ANP N° 002/2008, anexo à Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

11.2. A determinação da qualidade do GÁS será efetuada pela SUPRIDORA em cada PONTO DE SAÍDA, em conformidade com a metodologia disposta no item 11.3 abaixo.

11.3. A metodologia para determinação da qualidade do GÁS deverá estar em conformidade com a estabelecida no Regulamento Técnico ANP N° 002/2008, anexo à Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

11.3.1. A determinação do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), assim como outras propriedades do GÁS, no PONTO DE SAÍDA será efetuada por cálculo, a partir da composição determinada por cromatografia gasosa, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA com base na norma NBR 15213 ou a(s) que venha(m) a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

11.4. Especificações e CALIBRAÇÃO do Cromatógrafo.

11.4.1. O cromatógrafo deverá ser configurado para análise automática em linha de gás natural e possibilidade de realizar calibração automática com gás padrão. O gás padrão deverá conter todos os componentes que são analisados de forma direta e possuir certificado de análise que garanta a rastreabilidade a padrões internacionais (i) NIST (National Institute of Standards and Technology), (ii) NMI (Netherlands Measurement Institute), (iii) INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) ou (iv) redes acreditadas à RBC (Rede Brasileira de Calibração), conforme definido pela SUPRIDORA.

11.4.1.1 A SUPRIDORA disponibilizará os certificados das CALIBRAÇÕES à COMPRADORA, no prazo máximo de 7 (sete) dias após a CALIBRAÇÃO.

11.4.2. A CALIBRAÇÃO do cromatógrafo será feita pela SUPRIDORA, em conformidade com o que preconiza a norma ISO 6974-5/2015, no PONTO DE SAÍDA ou em seus laboratórios, sempre, em qualquer caso, com NOTIFICAÇÃO prévia de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS à COMPRADORA, de forma a possibilitar que estas, se o desejar, se façam representar, por sua conta e risco, para o acompanhamento dos trabalhos.

11.4.2.1. O intervalo entre duas CALIBRAÇÕES sucessivas do cromatógrafo, a partir da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, será de 6 (seis) meses.

11.4.2.2. O cromatógrafo deverá executar semanalmente uma autocalibração, cujo resultado deverá ser registrado em relatórios e arquivados, para disponibilização a qualquer tempo à COMPRADORA.

11.4.2.2.1. Toda vez que a SUPRIDORA verificar qualquer desvio acima de 3% (três por cento), para mais ou para menos, nos valores não normalizados de composição, deverá informar tal fato à COMPRADORA no prazo máximo de até 01 (um) dia útil, ocasião em que será considerada falha no cromatógrafo.

11.4.2.3. Havendo, em qualquer DIA, falha no cromatógrafo ou remoção de algum de seus componentes para manutenção, sem interrupção no fornecimento de GÁS para a COMPRADORA, a qualidade do GÁS relativa a esse DIA será determinada de acordo com o estabelecido nos itens 11.4.3 e 11.4.4.

11.4.3. As PARTES acordam que, na hipótese de indisponibilidade dos equipamentos instalados no PONTO DE SAÍDA para determinação das características do GÁS, utilizar-se-á para este fim, caso existam, os equipamentos instalados no sistema de medição da COMPRADORA.

11.4.4. Caso as instalações da COMPRADORA, não existam, também estejam indisponíveis ou caso não atendam ao estabelecido no item 11.3 e subitens, as PARTES deverão acordar sobre uma forma alternativa de apuração da qualidade do GÁS.

11.5. Sempre que a SUPRIDORA tiver ciência da possibilidade de o GÁS vir a ser fornecido no PONTO DE SAÍDA em desconformidade, parcial ou total, com as especificações estipuladas no item 11.1, as seguintes regras serão aplicadas:

(a) A SUPRIDORA deverá enviar NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, imediatamente após identificada a não conformidade do GÁS em relação a qualquer das especificações mencionadas nesta Cláusula, informando-a da desconformidade esperada no GÁS e indicando quais seriam os prováveis itens em desconformidade, os respectivos desvios de qualidade e o momento provável em que o GÁS estará desconforme no PONTO DE SAÍDA.

(b) Após o recebimento da NOTIFICAÇÃO de que trata o item 11.5(a), a COMPRADORA deverá informar à SUPRIDORA, tão prontamente quanto possível, se aceita ou não receber, total ou parcialmente, o GÁS fora de especificação. Fica expressamente estabelecido que a falta de manifestação da COMPRADORA, no prazo máximo de 01 (um) dia contado do horário de envio da NOTIFICAÇÃO mencionada, será considerada como opção da COMPRADORA em não receber o GÁS fora de especificação.

(c) Caso opte por receber o GÁS fora de especificação, a COMPRADORA fará jus a um desconto de 30% (trinta por cento) sobre o PREÇO DE VENDA DO GÁS considerando o volume medido nas condições de referência.

(d) Caso a COMPRADORA decida não receber, total ou parcialmente, o GÁS fora de especificação e, de fato, não retire o GÁS que informou que não retiraria após o horário que a SUPRIDORA informou que o GÁS desconforme estaria disponibilizado no PONTO DE SAÍDA, estará caracterizada a FALHA DE FORNECIMENTO, tomando-se por base a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) cuja a entrega a COMPRADORA rejeitou e o período em que perdurar a desconformidade do GÁS.

(e) Caso a COMPRADORA tenha informado que rejeitaria o GÁS fora de especificação, mas, a despeito disto, o GÁS tenha sido retirado no PONTO DE SAÍDA, após o horário que a SUPRIDORA informou que o GÁS desconforme estaria disponibilizado no PONTO DE SAÍDA, estará descaracterizada a FALHA DE FORNECIMENTO no respectivo PONTO DE SAÍDA e a COMPRADORA permanecerá obrigada a pagar pela QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), preservando-se, todavia, em favor da COMPRADORA, o direito ao desconto referido na alínea (c) acima.

11.5.1. Caso a SUPRIDORA entregue GÁS fora de especificação prevista no item 11.1, sem que tenha enviado NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA da desconformidade existente, estará

configurada uma FALHA NO FORNECIMENTO.

11.5.2. Para fins de cálculo da penalidade de FALHA DE FORNECIMENTO, a QUANTIDADE FALTANTE relativa à entrega de GÁS desconforme será: (i) em caso de não entrega do GÁS por recusa da COMPRADORA, a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA; ou (ii) a QUANTIDADE DE GÁS de GÁS entregue pela SUPRIDORA fora das especificações de qualidade mesmo após a recusa (tácita ou expressa) da COMPRADORA e/ou QUANTIDADE DE GÁS de GÁS entregue pela SUPRIDORA fora das especificações de qualidade sem prévio aviso da SUPRIDORA à COMPRADORA.

CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS

12.1. As PARADAS PROGRAMADAS correspondem a situações transitórias que resultem em redução no recebimento de GÁS para fins de manutenção ou reparo, técnica ou legalmente recomendada, dos equipamentos que constituem o sistema de distribuição da COMPRADORA e as instalações dos usuários da COMPRADORA que sejam atendidos pelo GÁS objeto deste CONTRATO. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser recebida pela COMPRADORA durante uma PARADA PROGRAMADA será abatida dos compromissos de entrega da SUPRIDORA e dos compromissos de recebimento da COMPRADORA.

12.2. A COMPRADORA tem direito a efetuar PARADAS PROGRAMADAS de acordo com as seguintes regras:

(a) A duração das PARADAS PROGRAMADAS estará limitada ao total de 240 (duzentas e quarenta) horas por ANO.

(b) Quando desejar efetuar uma PARADA PROGRAMADA, a COMPRADORA deverá enviar uma NOTIFICAÇÃO à SUPRIDORA, com pelo menos 5 (cinco) DIAS de antecedência, informando a data de início da PARADA PROGRAMADA, o volume a ser reduzido e a duração prevista.

(c) A QUANTIDADE DE GÁS não retirada, em determinado DIA na ZONA DE SAÍDA, em função da ocorrência de uma PARADA PROGRAMADA será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QPP_j = QDP_j - QDR_j, \text{ onde:}$$

QPP _j :	é a QUANTIDADE GÁS não retirada em função da ocorrência de uma PARADA PROGRAMADA no DIA “j”;
QDP _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA “j” para todo PONTO DE SAÍDA; e
QDR _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) para o DIA “j” para todo PONTO DE SAÍDA.

CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO

13.1. Pelo fornecimento de GÁS em um dado MÊS, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$FAT = [(PV \times \sum_{j=1}^N QDR_j - \sum_{j=1}^N QRPM_j)] - (\sum_{j=1}^N QPNRPT_j \times PT), \text{ onde:}$$

FAT:	é o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste CONTRATO;
QDR _j :	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no dia “j” apurada em cada PONTO DE SAÍDA.
QRPM _j :	É a QUANTIDADE RECUPERADA RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA (QRPM) no dia “j” apurada em cada PONTO DE SAÍDA.
PV:	É o PREÇO DE VENDA DO GÁS (PV) no último DIA do PERÍODO DE FATURAMENTO, acrescido dos tributos aplicáveis.
N	É o número de DIAS do PERÍODO DE FATURAMENTO;
j	É o j-ésimo DIA do PERÍODO DE FATURAMENTO;
QPNRPT _j :	É a QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DO <u>TRANSPORTE</u> (QPNRPT) no dia “j” apurada em cada PONTO DE SAÍDA.
PT:	É a PARCELA DO <u>TRANSPORTE</u> (PT) que compõe o PREÇO DE VENDA DO GÁS (PG) no último DIA do PERÍODO DE FATURAMENTO, acrescido dos tributos aplicáveis.

13.2. O valor a ser pago pela COMPRADORA à SUPRIDORA caso seja apurada QUANTIDADE NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA (QNRPM) em determinado ANO, na forma do item 7.2, será o produto da QUANTIDADE NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA (QPNRPM) pela PARCELA DA MOLÉCULA vigente no último DIA do ANO em questão, conforme a seguinte fórmula:

$$F_{TOPA} = QNRPM_A \times PM, \text{ onde}$$

F _{TOPA} :	é o valor a ser pago pela COMPRADORA em razão do não cumprimento do compromisso de retirada anual estabelecido no item 7.1 (a);
QNRPM _A :	é a QUANTIDADE NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA (QPNRPM) no ANO; e
PM:	é o valor da PARCELA DA MOLÉCULA vigente no último DIA do MÊS.

13.3. O valor a ser pago pela COMPRADORA à SUPRIDORA caso seja apurada QUANTIDADE NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DO TRANSPORTE (QNRPT) em determinado MÊS, na forma do item 7.5, será o produto da QUANTIDADE NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DO TRANSPORTE (QNRPT) pela PARCELA DO TRANSPORTE, vigente MÊS em questão, conforme a seguinte fórmula:

$$F_{QNRPT} = QNRPT \times PT, \text{ onde}$$

F _{QNRPT} :	é o valor a ser pago pela COMPRADORA em razão do não cumprimento do compromisso pagamento da PARCELA DO <u>TRANSPORTE</u> estabelecido no item 7.1 (b).
QNRPT:	é a QUANTIDADE NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DO <u>TRANSPORTE</u> (QNRPT) no MÊS; e
PT:	é o valor da PARCELA DO <u>TRANSPORTE</u> vigente no MÊS.

13.4. Para fins dos itens 13.1, 13.2 e 13.3, o valor final a ser faturado, após o acréscimo dos tributos e encargos aplicáveis, sofrerá o ARREDONDAMENTO na segunda casa decimal.

13.5. Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

13.5.1. O fornecimento de GÁS, assim como quaisquer valores devidos por qualquer PARTE, no âmbito do presente CONTRATO, será faturado mensalmente após o correspondente MÊS a que se refere, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, ou seja, o PERÍODO DE FATURAMENTO será o período de fornecimento compreendido entre o dia primeiro ao último dia do mês calendário, observado o disposto no item 13.5.2 abaixo.

13.5.2. As cobranças dos valores relativos aos compromissos anuais de recebimento de GÁS da COMPRADORA calculados na forma do 13.2, serão realizadas ANUALMENTE, e deverão ser apresentados até o 3º (terceiro) DIA ÚTIL após o último DIA do correspondente ANO, a COMPRADORA deverá efetuar o pagamento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, em moeda corrente do País, até o 20º (vigésimo DIA) após o último DIA do MÊS seguinte ao

Ano a que se refiram. O DOCUMENTO DE COBRANÇA relativo ao item 13.2 deverá constar a QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA a ser gerada após o pagamento.

13.6. Apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 3º (terceiro) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram.

13.7. DOCUMENTOS DE COBRANÇA – Datas de vencimento.

Os valores dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser pagos até o 20º (vigésimo) DIA do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram. Em caso de apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a data de vencimento ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de DIAS de atraso, preservando o intervalo entre a data de apresentação e a data de vencimento das faturas.

13.8. Tributos e Encargos.

O recolhimento dos tributos e encargos é de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária. Os tributos incidentes na comercialização do GÁS serão incluídos na fatura ou suportados pela COMPRADORA e destacados no DOCUMENTO DE COBRANÇA, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

13.8.1. Se durante o prazo de vigência do CONTRATO ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos, ou, ainda, alterações nos PONTOS DE SAÍDA, que possam vir a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da SUPRIDORA, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

13.8.2. A revisão prevista no item 13.8.1, para majorar o valor faturado, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da SUPRIDORA, tal como a de modificação do estabelecimento remetente do GÁS, ou qualquer outra decisão de negócio exclusivamente tomada para atender a situação econômica da SUPRIDORA.

13.8.3. O PREÇO DE VENDA DO GÁS será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta

de Inconstitucionalidade (ADIN) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal; ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

13.8.4. Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de medição de volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, dentre outros, que venham a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras obrigações pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco/erro, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido de acordo com os itens 13.5 e 13.6 acima.

13.8.5. As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

13.9. ENCARGOS MORATÓRIOS.

No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito a atualização monetária com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (ou outro índice que venha a substituí-lo) e juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao MÊS, *pro rata tempore*, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento, perfazendo o montante atualizado.

13.10. Cobranças Objeto de Controvérsia.

13.10.1. Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

(a) A PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, efetuar pontualmente o pagamento da parte incontroversa do DOCUMENTO DE COBRANÇA e reter o pagamento da parte controversa até a solução da controvérsia;

(b) Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO

informando a sua concordância, encerrando a controvérsia e dando plena quitação em relação ao montante controverso; e

(c) se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto neste CONTRATO.

13.10.2. Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgar importantes para elucidar a controvérsia.

CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

14.1. Qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá EVENTO DE INADIMPLEMENTO de quaisquer das PARTES:

(a) O não pagamento, por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor não controverso correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE em razão deste CONTRATO. Quanto aos valores controversos, o não cumprimento por qualquer das PARTES do estabelecido no item 13.10 deste CONTRATO.

(b) Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, a liquidação ou a dissolução de qualquer das PARTES.

(c) A cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste CONTRATO, em desacordo com a Cláusula Dezenove.

(d) FALHA NO FORNECIMENTO por mais de 90 (noventa) DIAS, corridos ou intercalados, em determinado ANO que implique na entrega, na média do ANO, de QUANTIDADES DE GÁS inferiores a 30% (trinta por cento) da QDP, independentemente de a SUPRIDORA ter pago as multas e indenizações previstas para tal hipótese.

14.2. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados nas alíneas (b), (c) ou (d) do item 14.1, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do CONTRATO mediante envio de NOTIFICAÇÃO, com 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para a resolução do CONTRATO.

14.2.1. O direito de pedir a resolução deste CONTRATO a que se refere o presente item poderá ser exercido até o prazo máximo de 03 (três) meses contados da caracterização

do EVENTO DE INADIMPLEMENTO.

14.3 Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados nas alíneas (a) ou (c) do item 14.1, a PARTE que esteja adimplente, poderá enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 60 (sessenta) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO.

14.3.1. Na hipótese do item 14.3, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do presente CONTRATO desde que (i) tenha transcorrido o prazo de 60 (sessenta) DIAS estabelecido no item 14.3 sem que o inadimplemento tenha sido sanado; e (ii) mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para resolução do CONTRATO.

14.4. Na hipótese de resolução deste CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única e aplicável, o valor apurado conforme abaixo:

$$VInd = 0,3 \times QDC \times DF \times PV, \text{ onde:}$$

<i>VInd</i> :	É o valor de indenização a ser pago pela PARTE inadimplente à outra PARTE em R\$;
<i>QDC</i> :	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO;
<i>DF</i> :	É a quantidade de DIAS faltantes para o término do prazo de vigência do CONTRATO; e
<i>PV</i> :	Corresponde ao PREÇO DE VENDA DO GÁS vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO.

14.4.1. Acordam as PARTES que o valor estipulado no item 14.4 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos, exceto no que diz respeito à hipótese prevista na letra “d” do item 14.1, referente a FALHA NO FORNECIMENTO. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

14.4.2. A PARTE adimplente emitirá DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA à PARTE(S) inadimplente(s) com o valor correspondente à indenização por resolução do CONTRATO prevista no item 14.4 e subitens, detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão.

14.5. Adicionalmente às hipóteses previstas nessa Cláusula, o presente CONTRATO poderá ser resolvido, na ocorrência de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, reconhecido por ambas as PARTES, cujos efeitos subsistam por um período ininterrupto superior a 12 (doze) MESES, impedindo qualquer das PARTES de cumprir, total ou parcialmente, suas obrigações previstas neste CONTRATO. Nesta hipótese nenhuma

indenização será devida de uma PARTE à outra em função do término do CONTRATO.

14.6. A resolução deste CONTRATO, nos termos previstos nesta Cláusula, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução.

14.7. Caso o presente CONTRATO seja resolvido antecipadamente, as seguintes regras serão aplicadas com relação à QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA (QPNRPM) e QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DO TRANSPORTE (QPNRPT):

(a) Caso a SUPRIDORA seja a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução do CONTRATO pela COMPRADORA, adicionalmente ao pagamento da totalidade das verbas rescisórias aplicáveis nos termos desta Cláusula Quatorze, a SUPRIDORA deverá pagar à COMPRADORA, no prazo previsto no item 14.4.2, a soma entre o (i) o montante correspondente ao eventual resíduo de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA RELATIVA À PARCELA DA MOLÉCULA (QPNRPM) multiplicado pela PARCELA DA MOLÉCULA (PM) vigente na data da resolução do CONTRATO; e (ii) o montante correspondente ao eventual resíduo de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA RELATIVA À Parcela do Transporte (QPNRPT) multiplicado pela Parcela do Transporte (PT) vigente na data da resolução do Contrato;

(b) Caso a COMPRADORA seja a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução do CONTRATO pela SUPRIDORA, a soma entre os montante correspondente aos eventuais resíduos de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS RELATIVAS À PARCELA DA MOLÉCULA (QPNRPM)) QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS RELATIVAS À PARCELA DO Transporte (QPNRPT), calculados conforme alínea (a) acima será reduzida do valor da indenização a ser paga pela COMPRADORA à SUPRIDORA, nos termos do item 14.4. Caso tal soma seja superior à indenização a ser paga pela COMPRADORA à SUPRIDORA, a SUPRIDORA deverá pagar tal diferença à COMPRADORA.

(c) Sem prejuízo das demais cláusulas deste CONTRATO, caso a COMPRADORA seja a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução do CONTRATO pela SUPRIDORA, a COMPRADORA deverá indenizar à SUPRIDORA o valor correspondente à multiplicação de 67% da PARCELA DO TRANSPORTE (PT) vigente na data de resolução do CONTRATO pela diferença entre (i) o volume de 82.125.000 m³ (oitenta e dois milhões, cento e vinte e cinco mil metros cúbicos) estabelecido no item 3.1.1; e (ii) o total das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS durante toda a vigência do CONTRATO.

CLÁUSULA QUINZE – ÁREA E EQUIPAMENTOS DE REGASEIFICAÇÃO

15.1 Durante o prazo de vigência deste CONTRATO, a SUPRIDORA será a única responsável pela obtenção da área onde ficarão instalados os equipamentos de regaseificação a serem utilizados para o atendimento deste CONTRATO. O terreno é aquele detalhado no Anexo III, o qual é parte integrante e indissociável deste CONTRATO.

CLÁUSULA DEZESSEIS – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

16.1. Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;
- (b) a PARTE AFETADA não concorra direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e
- (d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas neste CONTRATO.

16.2. Abrangência.

16.2.1. Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos desta Cláusula:

- (a) Ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico.
- (b) Ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição acidental de instalações, ainda que parcial, da PARTE AFETADA ou de seus contratados, desde que sem culpa dos mesmos.
- (c) Cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis.

(d) a entrada em vigor de LEI nova ou modificação, suspensão ou revogação de qualquer LEI em vigor, na forma do ordenamento jurídico brasileiro, após a data de assinatura do CONTRATO que afete de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO por qualquer das PARTES.

(e) Desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da PARTE AFETADA por qualquer órgão público.

(f) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete navios e/ou carretas responsáveis pelo transporte de GNL e terminais e equipamentos de regaseificação de GNL utilizados para atendimento deste CONTRATO.

(g) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de distribuição da COMPRADORA ou a capacidade de recebimento de gás de quaisquer usuários da COMPRADORA abastecidos pelo GÁS objeto deste CONTRATO.

16.3. Eventos excluídos.

16.3.1 Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos:

(a) Greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA.

(b) Alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA.

(c) Qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados.

(d) Falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA neste CONTRATO.

(e) Eventos de caso fortuito ou força maior que afetem de forma geral as condições de mercado e de logística e não especificamente as atividades necessárias para o cumprimento deste CONTRATO.

16.4. Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

- (a) Informar sobre a ocorrência do evento e enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE e, tão logo quanto possível, apresentar as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento.
- (b) Adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível.
- (c) Manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação.
- (d) Prontamente enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências.
- (e) Permitir às outras PARTES, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar.
- (f) Complementar posteriormente a informação de que trata o item 16.4(a) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA.
- (g) Sendo a PARTE AFETADA a SUPRIDORA: não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória com relação a outros clientes aplicando-lhe uma redução no fornecimento de GÁS de forma equitativa com os demais clientes no Estado de Santa Catarina, na hipótese de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete a capacidade da SUPRIDORA de entregar gás natural a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo sistema ou modal transporte de gás empregado para fins deste CONTRATO.

16.4.1. Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 16.4(a) seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

16.4.2 Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 16.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data do recebimento da NOTIFICAÇÃO.

16.5. Obrigações não afetadas.

16.5.1. Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

16.6. Efeitos no CONTRATO.

16.6.1. Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, na medida e na extensão em que diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos deste CONTRATO.

16.7. Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do CONTRATO.

16.8. Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que a alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CLÁUSULA DEZESSETE – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO

17.1. O CONTRATO será regido pelas leis brasileiras e todas as controvérsias dele emergentes ou com ele relacionadas serão resolvidas conforme o ordenamento jurídico brasileiro.

17.2. Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à execução do CONTRATO, as PARTES, antes de qualquer outra medida, envidarão os seus melhores esforços para solucionar amigavelmente, por meio de negociação, qualquer conflito decorrente ou relacionado com o CONTRATO, inclusive quanto à sua interpretação ou execução.

17.3. Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à execução do CONTRATO, as PARTES poderão recorrer ao Poder Judiciário.

17.4. Na hipótese de as PARTES optarem pela ARBITRAGEM, deverão observar o procedimento abaixo descrito.

17.5. Caso o conflito ou controvérsia não sejam solucionados amigavelmente, na forma do item 17.2 ou caso as PARTES renunciem ao direito de recorrerem à jurisdição estatal, a controvérsia, por acordo entre as PARTES, poderá ser resolvida por ARBITRAGEM.

17.6. MEDIAÇÃO

17.6.1. Optando-se pela ARBITRAGEM, antes de instaurar tal procedimento, deverá ser realizado um procedimento de MEDIAÇÃO, a ser iniciado por qualquer uma das PARTES. Tal MEDIAÇÃO será conduzida pela CÂMARA e instaurada e realizada na forma das regras da CÂMARA. Fica desde já acordada a duração de 30 (trinta) DIAS para o procedimento de MEDIAÇÃO.

17.7. PERITAGEM

(a) Ao final da MEDIAÇÃO, caso seja identificado que o mérito da controvérsia versa sobre uma questão eminentemente técnica (e.g medição, condições de pressão, aferição de equipamentos, etc) ou que para resolução do mérito da controvérsia se faz necessário a elucidação de uma questão técnica, as PARTES darão início, no prazo de 10 (dez) dias contados do término da MEDIAÇÃO, a um procedimento de PERITAGEM, na forma prevista nos itens abaixo. Caso não haja acordo entre as PARTES no sentido de se a resolução de certa controvérsia envolve questão técnica a ser apreciada por meio da PERITAGEM, cada uma das PARTES consignará à outra, por escrito, os motivos pelos quais entende ser cabível ou não o procedimento de PERITAGEM. Após isto, qualquer uma das PARTES poderá submeter a controvérsia (como um todo e não apenas naquilo que concerne o cabimento ou não da PERITAGEM) à ARBITRAGEM. Caso no curso da ARBITRAGEM, seja deferida produção de prova pericial que verse sobre questão que poderia ter sido submetida previamente à PERITAGEM, a PARTE que consignou sua posição pela inaplicabilidade da PERITAGEM sobre a matéria controversa deverá arcar com todos os custos da perícia na ARBITRAGEM. Além disso, o TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, deverá considerar tal comportamento da PARTE como protelatório e levar tal fato em consideração na sua decisão final.

(b) Entendendo-se que a PERITAGEM é aplicável à controvérsia, as PARTES deverão, no prazo de 30 (trinta) dias contados do término da MEDIAÇÃO, eleger o PERITO responsável pelo exame da matéria controvertida, os termos do instrumento de nomeação do PERITO no qual deverá ser consignada a matéria controversa e os quesitos a serem respondidos pelo PERITO e o valor máximo que se pagará como honorários do PERITO.

(c) Se dentro do prazo definido no subitem precedente as PARTES não chegarem a um consenso sobre o PERITO a ser designado, os termos do instrumento de contratação, os honorários a serem pagos ou o PERITO escolhido pelas PARTES não

aceitar o encargo, ter-se-á como findo o procedimento de PERITAGEM e qualquer uma das PARTES poderá dar início ao procedimento de ARBITRAGEM, tendo por objeto a controvérsia como um todo.

17.7.1. Nomeado o PERITO e firmado o termo de sua contratação, proceder-se-á com a elaboração do laudo, devendo ser observado o seguinte. O PERITO:

- (i) apurará com imparcialidade a controvérsia, baseando-se tão-somente nos fatos e dados apresentados pelas PARTES ou documentos técnicos públicos;
- (ii) decidirá a controvérsia no prazo e limites determinado pelas PARTES;
- (iii) manterá e diligenciará pela confidencialidade;
- (iv) notificará previamente à outra PARTE, qualquer reunião que tencione realizar com uma PARTE, facultando àquela outra a participação no referido encontro;
- (v) determinará um prazo para envio de documentos pelas PARTES e findo tal prazo ignorará todas as informações a ele remetidas, salvo as enviadas para atendimento a um pedido específico.
- (vi) poderá requerer às PARTES quaisquer informações adicionais que considere necessárias ao julgamento da controvérsia.

17.7.2. Cada PARTE terá, em relação ao PERITO e à outra PARTE, as seguintes obrigações e prerrogativas durante o procedimento de PERITAGEM:

- (i) enviar ao PERITO, no prazo por ele fixado, os documentos com as informações necessárias ao julgamento da controvérsia;
- (ii) dispor para o PERITO, no prazo máximo de 10 (dez) dias da solicitação, todas as informações adicionais específicas que o PERITO julgue necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho;
- (iii) enviar simultaneamente à outra PARTE cópias dos documentos com as informações a que se referem as duas alíneas precedentes;
- (iv) arcar com os respectivos custos para envio das informações ao PERITO e à outra Parte, bem como com as despesas com advogados, consultores, testemunhas, empregados e outras pessoas envolvidas nesse processo, conforme a necessidade individual de cada PARTE;

(v) arcar com 50% (cinquenta por cento) dos custos e despesas comuns de Peritagem, entre os quais honorários do PERITO;

(vi) participar de quaisquer reuniões do PERITO com a outra PARTE;

(vii) comentar ou contestar informações enviadas pela outra PARTE ao PERITO, desde que o faça por escrito e no prazo de 14 (quatorze) dias de recebimento de tais informações.

17.7.3. Ao término do procedimento de PERITAGEM, que se dará com a entrega do laudo final pelo PERITO, as PARTES deverão no prazo de 10 (dez) dias decidir se iniciarão novo procedimento de MEDIAÇÃO, com o mesmo mediador do primeiro procedimento, levando-se em consideração, agora, o laudo apresentado pelo PERITO.

17.7.4. Caso decidam por não proceder com nova MEDIAÇÃO, quaisquer das PARTES poderá dar início à ARBITRAGEM sendo que do Termo de Arbitragem deverá constar que (i) o laudo produzido na PERITAGEM será considerado como prova na ARBITRAGEM e às PARTES será vedado solicitar perícia que verse sobre a matéria tratada na PERITAGEM; e (ii) os custos incorridos por uma PARTE na PERITAGEM deverão ser reembolsados pela PARTE perdedora da ARBITRAGEM, devendo tal reembolso constar da SENTENÇA ARBITRAL. Após a decisão final, a PARTE vencedora será reembolsada, pela PARTE perdedora, de todos os custos em que comprovadamente tiver incorrido para realizar a PERITAGEM, incluindo os honorários do PERITO.

17.8. ARBITRAGEM

17.8.1. A ARBITRAGEM será conduzida e de acordo com o regulamento da CÂMARA, exceto naquilo que tais regras estiverem em conflito com qualquer disposição do CONTRATO, hipótese na qual prevalecerão as disposições do CONTRATO, e será realizada na Cidade RIO DE JANEIRO/Brasil. A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

17.8.2. O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o Português.

17.8.3 Os árbitro(s) serão nomeados da seguinte forma:

(i) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída não exceda o montante correspondente ao valor da última fatura vencida, paga ou não, no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por árbitro único ("ÁRBITRO ÚNICO"). A Secretaria da CÂMARA solicitará às PARTES que nomeiem, no prazo de 15 (quinze) DIAS, o ÁRBITRO ÚNICO para atuar no procedimento arbitral. O ÁRBITRO ÚNICO deverá ser indicado por consenso entre as

PARTES. Não havendo consenso, a Diretoria da CÂMARA encaminhará lista composta de 5 (cinco) nomes para que as PARTES procedam da seguinte forma:

- (a) cada PARTE deverá, separadamente, no prazo comum de 5 (cinco) DIAS, apresentar manifestação observando o que se segue: (i) cada PARTE poderá retirar da lista até 2 (dois) profissionais em relação aos quais tenha eventual objeção, sem necessidade de justificativa; (ii) os nomes dos profissionais remanescentes devem ser apresentados em ordem de preferência para indicação de ÁRBITRO ÚNICO (ex.: um ponto para o primeiro nome de preferência, dois pontos para o segundo nome de preferência e assim por diante);
 - (b) recebidas as listas com as ordens de preferência das PARTES, cada profissional terá sua pontuação somada, de acordo com a ordem de preferência apresentada por cada uma das PARTES; e
 - (c) o profissional indicado que obtiver a menor pontuação dentre a soma das ordens de preferência será nomeado o ÁRBITRO ÚNICO. Em caso de empate, caberá ao presidente da CÂMARA apontar o ÁRBITRO ÚNICO.
- (ii) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída exceda o montante correspondente ao valor da última fatura vencida, paga ou não, no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por um TRIBUNAL ARBITRAL, a ser constituído por 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:
- (a) A COMPRADORA ou a SUPRIDORA, que, conforme o caso, tenha suscitado a controvérsia, enviará NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA ou a SUPRIDORA, conforme o caso, denominada, indicando o objeto da controvérsia e informando o nome de seu ÁRBITRO (“PRIMEIRO ÁRBITRO”).
 - (b) Dentro de 14 (quatorze) DIAS do recebimento da NOTIFICAÇÃO supramencionada, a outra PARTE informará à PARTE que suscitou a ARBITRAGEM, também por NOTIFICAÇÃO, o nome de seu ÁRBITRO (“SEGUNDO ÁRBITRO”). Caso contrário, a PARTE que suscitou a ARBITRAGEM poderá requerer ao presidente da CÂMARA que eleja o SEGUNDO ÁRBITRO.
 - (c) Dentro de 14 (quatorze) DIAS da nomeação do SEGUNDO ÁRBITRO, ambos os ÁRBITROS elegerão um TERCEIRO ÁRBITRO, que presidirá os trabalhos.
 - (d) Se não houver consenso sobre o TERCEIRO ÁRBITRO, sua indicação ficará a cargo do presidente da CÂMARA.

17.8.4. As PARTES adotam as regras do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA.

17.8.4.1. Na hipótese das Regras do Regulamento da CÂMARA serem omissas quanto a quaisquer aspectos procedimentais, as omissões serão supridas pelo TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, por referência, nesta ordem:

- (a) À Lei Nº 9.307 de 23/09/1996, que dispõe sobre a arbitragem.
- (b) Ao Código de Processo Civil Brasileiro.

17.8.5. No prazo de 60 (sessenta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES, os TRIBUNAL ARBITRAL apresentará a SENTENÇA ARBITRAL. No caso de ARBITRAGEM com ÁRBITRO ÚNICO, este apresentará a SENTENÇA ARBITRAL em até 30 (trinta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES.

17.8.6. A SENTENÇA ARBITRAL deverá atender todos os requisitos da Lei Nº 9.307 de 23/09/1996 e detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) PARTE(S), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de ARBITRAGEM imputados a cada PARTE. Será emitida por escrito no Brasil e será vinculante para as PARTES. Será irrecorrível, salvo nos casos previstos em LEI.

17.8.7. Optando-se pela Arbitragem, após as partes renunciarem ao direito de recorrerem à jurisdição estatal, cada uma das PARTES se reserva ao direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

- (a) Obter medidas cautelares de proteção de direitos, previamente à instituição da ARBITRAGEM, devendo, não obstante tal fato, o mérito da questão ser decidido em ARBITRAGEM, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à ARBITRAGEM.
- (b) Executar qualquer decisão da ARBITRAGEM, inclusive, mas não exclusivamente, da SENTENÇA ARBITRAL.
- (c) Pleitear a nulidade da SENTENÇA ARBITRAL, nas hipóteses permitidas em LEI.

17.9. Foro

Em qualquer hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, as PARTES elegem como foro competente o foro da Cidade de São Paulo – Capital do Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou venha a ser.

CLÁUSULA DEZOITO – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

18.1. O CONTRATO, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser cedido total ou parcialmente, empenhado ou de outra forma gravado, salvo com o consentimento por escrito da(s) outra(s) PARTE(S), observado o disposto no item 18.2 abaixo.

18.2. A COMPRADORA poderá ceder a qualquer tempo, mediante anuência da SUPRIDORA, com envio de NOTIFICAÇÃO com 30 (trinta) DIAS de antecedência, os direitos e obrigações decorrentes de qualquer parte da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA, nos exatos termos previstos neste CONTRATO, desde que a COMPRADORA demonstre que o cessionário reúne condições de garantia técnica e solvência econômica satisfatórias para assumir as obrigações decorrentes de tal cessão, sem que a SUPRIDORA incida num risco comercial e econômico maior que o assumido.

CLÁUSULA DEZENOVE – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

19.1. Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO serão considerados como NOTIFICAÇÃO qualquer comunicação entre as PARTES cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta ou qualquer outro meio de comunicação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. As PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios locais onde serão válidas todas as NOTIFICAÇÕES, efetuadas por escrito, relacionadas ao CONTRATO:

(a) SUPRIDORA

NFE Power Distribuidora de Gás Natural Ltda.

Rua Dias Ferreira, nº 190, sala 501, na cidade do Rio de Janeiro – RJ

CEP 22.431-050

Fone : (21) 39935340

A/C : Departamento Jurídico

E-mail: BrazilLegal@newfortressenergy.com

Com cópia para:

A/C : Marcelo Rodrigues – Vice Presidente

E-mail: mrodrigues@newfortressenergy.com

(b) COMPRADORA

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Centro Empresarial Hoepcke - Rua Antônio (Nico) Luz, 255 - Centro, Florianópolis - SC, 88010-410,

Fone: (048) 3229-1246

A/C: Marcos André Tottene – Gerente de Suprimento de Gás

E-mail: tottene@scgas.com.br

19.2. Serão válidas ainda como NOTIFICAÇÃO quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE a outra PARTE, mediante telefonema gravado, ou comunicação eletrônica, em qualquer caso, com confirmação de recebimento, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

(a) SUPRIDORA

NFE Power Distribuidora de Gás Natural Ltda,

Rua Dias Ferreira, nº 190, sala 501, na cidade do Rio de Janeiro – RJ

Fone : (21) 39935340

A/C : Departamento Jurídico

E-mail: BrazilLegal@newfortressenergy.com

Com cópia para:

A/C : Osen Clever – Diretor Técnico Operacional

Plantão Emergencial: 08000046527

E-mail: oclever@newfortressenergy.com

(c) COMPRADORA

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Centro Empresarial Hoepcke - Rua Antônio (Nico) Luz, 255 - Centro, Florianópolis - SC, 88010-410,

Fone: (048) 3229-1246

A/C: Marcos André Tottene – Gerente de Suprimento de Gás

E-mail: tottene@scgas.com.br

19.3. Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra PARTE.

19.4. Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

19.5. Para os fins dos termos e condições dispostos na Cláusula Oitava acima, as PARTES deverão disponibilizar um setor de atendimento mútuo, em funcionamento

contínuo durante todos os dias úteis, no período das 8h (oito horas) às 17 (dezesete horas).

CLÁUSULA VINTE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

20.1. As PARTES obrigam-se, pelo prazo de duração do CONTRATO e suas eventuais prorrogações e adicionalmente 10 (dez) anos após o seu término, a manter sob sigilo o presente CONTRATO, bem como todas as informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO, que lhe forem transmitidas ou obtidas em razão deste, exceto pelas informações disponibilizadas à terceiros conforme determina a lei (exemplo: Agência Nacional do Petróleo, Agência Reguladora de Santa Catarina, órgãos de controle, etc).

20.2. As PARTES se responsabilizam, para fins de sigilo, pelas informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO divulgadas por seus administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos a qualquer título, comitentes.

20.3. O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos.

20.4. Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo, a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:

- (a) a informação já era conhecida anteriormente às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou através de procedimento legal.
- (b) ter havido prévia e expressa anuência da PARTE.
- (c) a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do presente CONTRATO.
- (d) a determinação judicial, legal e/ou solicitação de órgão público que quaisquer das PARTES estejam subordinadas ou vinculadas, desde que requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo, devendo ainda a PARTE que divulgou a informação dar ciência à outra PARTE, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.
- (e) para qualquer órgão público, desde que exigido por LEI; e,
- (f) para auditores internos ou externos.

CLÁUSULA VINTE E UM – NOVAÇÃO

21.1. Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – CONDUTA DAS PARTES

22.1. Em relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este CONTRATO:

22.2. Cada PARTE declara, garante e se compromete que nem ela nem suas AFILIADAS (i) realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade pública ou privada, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento violar as leis anticorrupção aplicáveis, incluindo a Lei Brasileira nº 12.846/13, o *United States Foreign Corrupt Practices Act* de 1977 e o *United Kingdom Bribery Act* (conforme modificadas, as “LEIS ANTICORRUPÇÃO”).

22.2.1. Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e suas AFILIADAS cumprirão as LEIS ANTICORRUPÇÃO.

22.2.2. Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, cada PARTE declara e garante que ela e suas AFILIADAS (i) não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e (ii) cumprirão as demais normas referentes à lavagem de dinheiro.

22.3. Cada PARTE declara, garante e se compromete que nem ela nem suas AFILIADAS (i) pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou às AFILIADAS da outra PARTE, e (ii) ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou às AFILIADAS da outra PARTE, qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.

22.4. As PARTES declaram, garantem e se comprometem que possuem políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às LEIS ANTICORRUPÇÃO.

22.5. Cada PARTE deverá responder com razoável detalhamento e com suporte documental adequado a qualquer solicitação razoável da outra PARTE relacionada aos compromissos, garantias e declarações realizadas nesta Cláusula, sendo que as PARTES não serão obrigadas a apresentar informações protegidas por sigilo legal. Essa obrigação permanecerá válida independentemente do término do CONTRATO.

22.6. Cada PARTE deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento desta Cláusula pela PARTE indenizante e suas AFILIADAS.

22.7. Cada PARTE declara e garante que reportará à outra PARTE qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer PARTE ou suas AFILIADAS para a PARTE notificante.

22.8 O descumprimento por quaisquer das PARTES das obrigações previstas nesta Cláusula 22 não sanado no prazo de 30 (trinta) dias após NOTIFICAÇÃO da outra PARTE nesse sentido (salvo se em razão de sua natureza o descumprimento não comportar remediação, hipótese em que a NOTIFICAÇÃO terá efeitos imediatos) será considerado como descumprimento a este CONTRATO e dará à outra PARTE o direito de, agindo de boa-fé, declarar este CONTRATO encerrado imediatamente, sem qualquer ônus ou penalidade, além do direito de buscar reparação da Parte descumpridora por todas as perdas e danos, conforme previsto neste CONTRATO.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Nulidade das cláusulas contratuais.

23.1.1. Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência deste CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. Este CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

23.1.2. Na hipótese do item 24.1.1, as PARTES, através de aditivos ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverá aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a sua finalidade.

23.2. Modificação das cláusulas contratuais.

Este CONTRATO não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado por todas as PARTES.

23.3. Declarações e garantias.

As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

(a) Possuem plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes.

(b) As pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida.

(c) A celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO.

23.4. Completude do CONTRATO.

Este CONTRATO representa o acordo final das PARTES tendo sido livremente negociado e redigido pelas PARTES em conjunto, com assessoria profissional, substituindo todos acordos e manifestações prévias das Partes com relação ao seu objeto, em particular os documentos referentes aos procedimentos de chamada pública e das propostas nele apresentadas.

23.5. Sobrevivência.

Em qualquer hipótese de término do presente CONTRATO (antecipado ou não), as PARTES acordam, desde já, que os itens 7.4, 17 e 20 deverão sobreviver ao término do CONTRATO, permanecendo exigíveis e em pleno vigor os termos e condições ali dispostos, durante os prazos respectivamente previstos em tais dispositivos.

23.6. Valor do CONTRATO.

As PARTES concordam que o valor total estimado deste CONTRATO é de R\$ 656.063.775,00 (Seiscentos e cinquenta e seis milhões e sessenta e três mil e setecentos e setenta e cinco reais).

23.7. As PARTES se obrigam a redigir, de comum acordo, no prazo de até 60 (sessenta) dias antes do início do fornecimento objeto do presente CONTRATO, um Procedimento Mútuo Operacional (PMO), o qual poderá ser alterado a qualquer tempo, por acordo das Partes.

23.8. A SUPRIDORA está desenvolvendo o projeto de implementação do TGS (Terminal Gás Sul) localizado na Baía de Babitonga, próximo a São Francisco do Sul /SC, no qual poderá ser disponibilizado oGNL como fonte alternativa de suprimento para a COMPRADORA e todos volumes de GÁS NATURAL necessários para seu atendimento, que poderá ser objeto de negociação de condições comerciais específicas. Caso o TGS entre em operação antes do término de prazo de vigência do presente CONTRATO, a SUPRIDORA se compromete a oferecer a opção de realizar a venda do GÁS objeto deste CONTRATO através do TGS e o PREÇO DA MOLÉCULA para o preço a ser adotado pela SUPRIDORA para vendas de GÁS que se originem no TGS.

23.9 Caso ocorram demandas de adequação dos serviços objeto deste CONTRATO por meio do órgão regulador estadual, a Compradora poderá propor alterações contratuais à SUPRIDORA, as quais poderão ser objeto de celebração de aditivo contratual nos termos do item 23.2.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO – CONCORDÂNCIA DAS PARTES

24.1. As PARTES expressam a sua concordância com o teor integral do CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento, sendo firmado na Cidade de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, em 2 (duas) vias de um mesmo teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.




Florianópolis, 22 de Julho de 2021.

Nota: Será considerada como data de assinatura do presente Contrato a data da última assinatura eletrônica efetuada com o certificado digital.



NFE POWER DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL LTDA

 Marcelo Rodrigues Vice-Presidente mrodrigues@newfortressenergy.com	 Guilherme Bevilaqua de Miranda Valverde Valverde – Diretor Financeiro gvalverde@newfortressenergy.com
--	---

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

 Willian Anderson Lehmkuhl Diretor Presidente	 Rafael Antonio Bettini Gomes Diretor de Administração e Finanças e Diretor de Logística de Materiais e.e
 Carlos Eduardo Herrmann do Nascimento Diretor Técnico Comercial	

TESTEMUNHAS:

 Marcos André Tottene CPF: [REDACTED]	 Luiz Roberto Albuquerque Nunes CPF: [REDACTED]
---	---

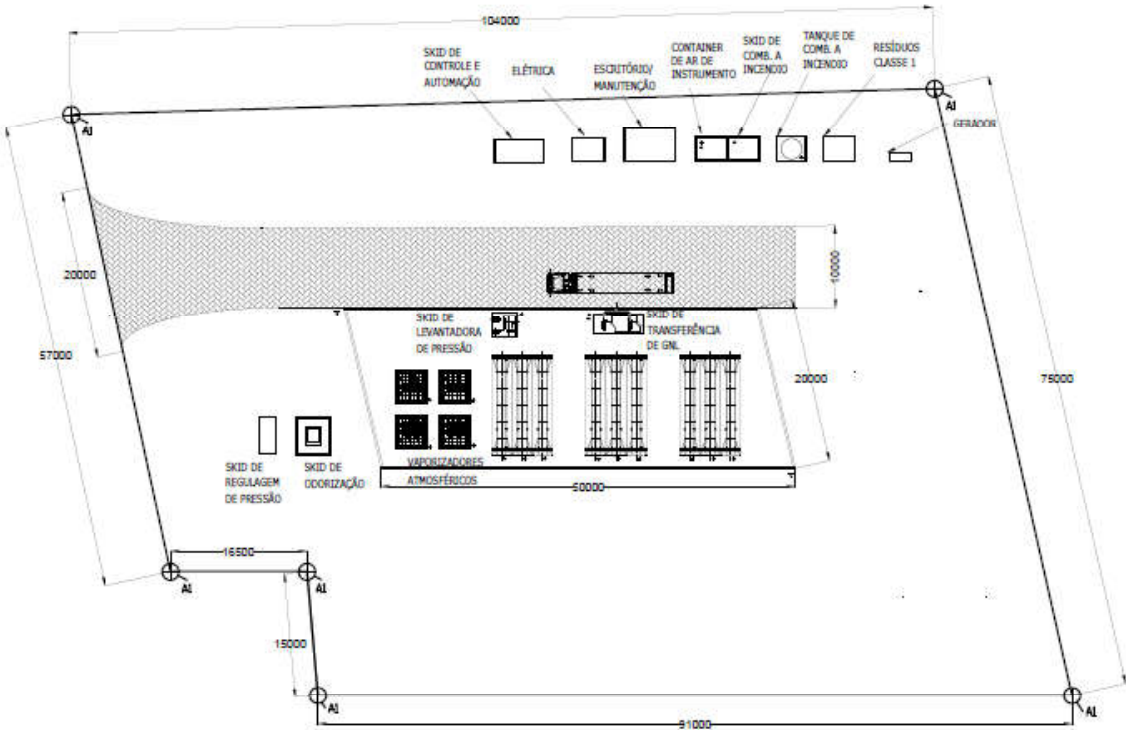
ANEXO I – LISTA DE PONTOS DE SAÍDA

PONTOS DE SAÍDA	Município
I –	Içara

ANEXO II – CONDIÇÕES DE ENTREGA DO PONTO DE SAÍDA

PONTOS DE SAÍDA	PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO (kgf/cm²g)	PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO (kgf/cm²g)	PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO (kgf/cm²g)	Vazão Máxima (m³/dia)	Vazão Mínima (m³/dia)
I – Içara	8	18	18	200.000	0

ANEXO III – LAY-OUT DO PROJETO



ANEXO IV – MEMORIAL DESCRITIVO DE LOGÍSTICA